

EXCELENTÍSSIMA SENHORA JUÍZA DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA
DE BARRA MANSA – ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Proc. nº 0009902-19.2021.8.19.0007

MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS, representado pelo seu sócio **JULIO MATUCH DE CARVALHO**, Administrador Judicial da sociedade empresária **VIAÇÃO CIDADE DO AÇO LTDA.**, nos autos da presente **Recuperação Judicial**, vem a Vossa Excelência apresentar a **Relação de Credores retificada pelo Administrador Judicial**, na forma do art. 7º, §2º, da Lei nº 11.101/2005 (“LRF”), com base nas habilitações e divergências apresentadas pelos credores e na análise da documentação comercial e fiscal da sociedade Recuperanda, conforme passa a expor.

I. Das habilitações e divergências apresentadas pelos credores

01. Publicado regularmente o edital previsto no art. 52, §1º da LRF (fls. 1.228-1.230), referente à relação de credores apresentada nos autos pela sociedade empresária em Recuperação, *restou inaugurada a fase administrativa de verificação dos créditos*, em que eventuais habilitações ou divergências de crédito são apresentadas diretamente à Administração Judicial pelos interessados.

02. Averbese-se que a relação de credores a ser considerada para todos os fins não será aquela apresentada com a petição inicial, nas fls. 67-79, e sim a lista de credores retificada, colacionada pela sociedade Recuperanda nas fls. 460-472, tendo a retificação sido devidamente justificada por petição de fls. 446-450.

03. Assim é que o Administrador Judicial enviou regularmente as correspondências aludidas no art. 22, I, alínea "a" da Lei 11.101/2005, e, posteriormente, recebeu as habilitações e divergências de crédito diretamente através do endereço de correio eletrônico cidadedoaco@mcaa.adv.br, tendo realizado a verificação competente.

04. Registre-se que foram recebidas por esse Administrador Judicial, de forma tempestiva, 16 (dezesseis) divergências e 5 (cinco) habilitações de crédito administrativas, e de forma intempestiva, 1 (uma) divergência de crédito administrativa, através de *e-mails* enviados ao endereço cidadedoaco@mcaa.adv.br, todas referentes a credores insertos nas classes de créditos trabalhistas e quirografários.

05. Nessa ordem de ideias, tendo sido devidamente recebidas essas dezesseis divergências de crédito e cinco habilitações por este Administrador Judicial, foram todas devidamente analisadas com fundamento na documentação apresentada pelos credores, bem como na documentação comercial e fiscal da Recuperanda, ao fim do que a relação de credores foi saneada administrativamente mediante a adoção de critérios objetivos, os quais expõe a seguir, dando-se a necessária publicidade, para conhecimento de todos os interessados.

06. Ao final, apresenta a *Relação de Credores do Administrador Judicial*, quer dizer, a relação de credores retificada, nos termos do art. 7º, §2º, da LRF, que servirá de base para a publicação do segundo edital contendo a relação de credores, com a devida divisão dos mesmos nas classes previstas pelo art. 41 do mesmo diploma.

II. Dos critérios objetivos adotados pelo Administrador Judicial para a análise das listas de credores, e das habilitações e divergências apresentadas

07. Como é de conhecimento, o art. 9º da LRF elenca, em seus incisos, os requisitos necessários à análise dos créditos a serem habilitados ou retificados em sede de verificação administrativa, *in verbis*:

Art. 9º A habilitação de crédito realizada pelo credor nos termos do art. 7º, § 1º, desta Lei deverá conter:

- I – o nome, o endereço do credor e o endereço em que receberá comunicação de qualquer ato do processo;
- II – o valor do crédito, atualizado até a data da decretação da falência ou do pedido de recuperação judicial, sua origem e classificação;
- III – os documentos comprobatórios do crédito e a indicação das demais provas a serem produzidas;
- IV – a indicação da garantia prestada pelo devedor, se houver, e o respectivo instrumento;
- V – a especificação do objeto da garantia que estiver na posse do credor.

08. Nessa linha, adotou-se como premissa, por estrita determinação legal, a verificação dos créditos cujas habilitações e divergências identifiquem adequadamente o credor e estejam instruídas com os títulos que fundamentam o crédito e com a memória de cálculo que indique sua atualização, até a data do requerimento de recuperação judicial.

09. Quanto aos créditos cujos títulos possuem cláusula de garantia por alienação fiduciária de bens móveis, optou o legislador ordinário por excluí-los da regra geral de sujeição aos efeitos da recuperação judicial, nos termos do art. 49, §3º, da LRF, de seguinte redação:

Art. 49. Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. (...)

§3º Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu

crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial. (grifos nossos)

10. Segundo o escólio da professora Maria Helena Diniz,

(...) alienação fiduciária em garantia consiste na transferência feita pelo devedor ao credor da propriedade resolúvel e da posse indireta de um bem infungível (CC, art. 1361) ou de um bem imóvel (Lei nº 9514/97, arts. 22 a 33), como garantia do seu débito, resolvendo-se o direito do adquirente com o adimplemento da obrigação, ou melhor, com o pagamento da dívida garantida. (DINIZ, Maria Helena. *In* “Curso de Direito Civil Brasileiro”, 19ª edição, São Paulo, ed. Saraiva).

11. Além disso, é requisito essencial à constituição da propriedade fiduciária de bens infungíveis o seu registro no cartório de Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, determinação esta que emana do art. 1.361, §1º, do Código Civil (“CC”), de seguinte teor:

Art. 1.361. Considera-se fiduciária a propriedade resolúvel de coisa móvel infungível que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor.

§1º Constitui-se a propriedade fiduciária com o registro do contrato, celebrado por instrumento público ou particular, que lhe serve de título, no Registro de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, ou, em se tratando de veículos, na repartição competente para o licenciamento, fazendo-se a anotação no certificado de registro. (grifo nosso)

12. No que se refere às demais hipóteses de constituição da propriedade fiduciária, nosso Código Civil preceitua que os requisitos necessários deverão ser adimplidos mediante as disciplinas impostas pelas respectivas leis especiais, conforme preconizado em seu art. 1.368-A, que assim dispõe:

Art. 1.368-A. As demais espécies de propriedade fiduciária ou de titularidade fiduciária submetem-se à disciplina específica das respectivas leis especiais, somente se aplicando as disposições deste Código naquilo que não for incompatível com a legislação especial.

13. Desta forma, no que concerne à alienação fiduciária sobre coisas fungíveis, tal modalidade de propriedade fiduciária também possui o registro do contrato como requisito à devida constituição da propriedade resolúvel, conforme análise sistemáticas dos art. 66-B da Lei 4.728/65 c/c art. 42 da Lei 10.931/04, com transcrição *in verbis*:

Lei 4.728/65 - Art. 66-B: O contrato de alienação fiduciária celebrado no âmbito do mercado financeiro e de capitais, bem como em garantia de créditos fiscais e previdenciários, deverá conter, além dos requisitos definidos na Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, a taxa de juros, a cláusula penal, o índice de atualização monetária, se houver, e as demais comissões e encargos.

Lei 10931/04 - Art. 42: A validade e eficácia da Cédula de Crédito Bancário não dependem de registro, **mas as garantias reais, por ela constituídas, ficam sujeitas, para valer contra terceiros, aos registros ou averbações previstas na legislação aplicável, com as alterações introduzidas por esta Lei.**

14. Por sua vez, na hipótese de a propriedade fiduciária recair sobre bem imóvel, *o contrato que impõe a transferência da propriedade resolúvel deverá ser registrado no competente Registro de Imóvel dos respectivos bens afetados*, conforme previsto na legislação especial atinente ao tema, como se vê do art. 23 da Lei 9.514/1997, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário e incidência da propriedade fiduciária sobre bens imóveis, *in verbis*:

Art. 23. Constitui-se a propriedade fiduciária de coisa imóvel mediante registro, no competente Registro de Imóveis, do contrato que lhe serve de título.

Parágrafo único. Com a constituição da propriedade fiduciária, dá-se o desdobramento da posse, tornando-se o fiduciante possuidor direto e o fiduciário possuidor indireto da coisa imóvel.

15. Depreende-se, então, que o arcabouço legislativo atinente à modalidade de propriedade fiduciária restou devidamente positivado em total atenção à natureza de direito real atribuída à espécie, que possui por característica principal sua oponibilidade perante terceiros, que não há, por seu turno, como subsistir sem a realização de seu registro, como se verifica nas palavras de MARCELO SACRAMONE, a saber:

O proprietário fiduciário não se submete à recuperação judicial, por ter verdadeiro “direito real em garantia” e não um “direito real de garantia”. Ao credor é atribuída a propriedade da coisa para a garantia de um negócio jurídico principal. Difere-se esse direito de propriedade fiduciária sobre a coisa dos direitos reais de garantia, como a hipoteca, o penhor e a anticrese. Nestes, o credor tem um direito real sobre o bem do devedor, enquanto na propriedade fiduciária o credor tem um direito real sobre bem próprio, de sua propriedade, ainda que resolúvel. (...)

Como oponibilidade de terceiros é característica do direito real, ela não poderia ocorrer caso o registro não fosse feito. A falta de registro, mais do que impedir a publicidade perante terceiros, não permite que entre as próprias partes seja constituída a

propriedade fiduciária, porque não se pode ter um direito real não oponível a terceiros.

No tocante à propriedade fiduciária de bens móveis infungíveis, a obrigação de registro é expressa no art. 1.361, §1º, do Código Civil. Nos bens móveis fungíveis ou direitos, a Lei n.º 4.728/65 não disciplina expressamente a exigência do registro. A exigência do registro, entretanto, é requisito para todos os tipos de propriedade fiduciária. Isso porque, como forma de garantia da obrigação principal, a propriedade será transferida apenas de modo resolúvel, o que impediria que os demais credores fossem satisfeitos com a liquidação do ativo transferido, enquanto este permanecer na propriedade do credor. (grifos não constantes do original) (Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 1º. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019, pag. 206 e 209.)

16. No mesmo sentido dispõe o Verbete de Súmula nº 60, do e. Tribunal de Justiça de São Paulo, *litteris*: “A propriedade fiduciária constitui-se com o registro do instrumento no registro de títulos e documentos do domicílio do devedor”, o que torna indene de dúvidas a necessidade da efetivação regular do registro para fins de constituição da alienação fiduciária de bens móveis.

17. A oponibilidade perante terceiros é elemento curial no contexto do processo de recuperação judicial, pois sendo este, em última análise, um processo que reúne uma coletividade de credores, tem-se que a propriedade fiduciária deverá se encontrar devidamente performada quando do requerimento de recuperação, pois, não tendo a mesma sido devidamente constituída, não se presume a existência de uma propriedade, mas tão somente de um crédito, pelo qual sujeitar-se-á aos efeitos preconizados pelo caput do art. 49 da LRF, conforme mencionam LUIZ ROBERTO AYOUB e CÁSSIO CAVALLI; leia-se:

A propriedade fiduciária é constituída com o registro do contrato, nos termos do art. 1.361, §1º, do CC. Logo, se o contrato não foi registrado, não há constituição de propriedade fiduciária e,

portanto, o crédito sujeita-se à recuperação judicial. Ademais, se o contrato é registrado após o deferimento do processamento da recuperação judicial, o crédito permanece sujeito à recuperação judicial. (Ayoub, Luiz Roberto. Cavalli, Cássio. A Construção Jurisprudencial da Recuperação Judicial de Empresas. 2º. Ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2016, pag. 72.)

18. Demais disso, perfaz-se também como requisito essencial à constituição da propriedade fiduciária a descrição específica da coisa e/ou direito objeto da transferência, bem como os elementos indispensáveis à sua identificação, na forma do art. 1362, IV do CC, a conferir:

Art. 1.362. O contrato, que serve de título à propriedade fiduciária, conterá:(...)

IV - a descrição da coisa objeto da transferência, com os elementos indispensáveis à sua identificação.

19. Tal previsão legal de especificação dos bens e/ou direitos ofertados em garantia para constituição da propriedade fiduciária está igualmente corroborada pela nossa doutrina majoritária, valendo reproduzir outro relevante trecho da supracitada obra de MARCELO SACRAMONE, *in verbis*:

O contrato de alienação fiduciária ou cessão fiduciária, outrossim, precisa especificar objeto cuja propriedade será transferida ao credor em garantia. Para que valha perante terceiros e não permita que o referido ativo seja envolvido na recuperação judicial e seja utilizado para o pagamento dos demais credores, a individualização do objeto no contrato é imprescindível. A coisa deverá ser identificada, inclusive avaliada, assim como especificado devem ser todos os títulos de créditos cedidos.

Quanto a essa individualização, possível que o bem ou o crédito objeto do contrato de cessão fiduciária seja futuro (art. 458 e 1.361, §3º, do CC). O crédito futuro, nem sequer ainda contraído pelo

devedor da obrigação principal, chamado de recebível a performar, poderá ser cedido fiduciariamente. Nesta hipótese, ainda que não se possa identificar todas as características do bem, a especificação do objeto do contrato deverá permitir sua identificação por terceiros quando o bem vier a existir. Caso não haja individualização dos créditos cedidos, os pressupostos da cessão fiduciária não estarão preenchidos e os créditos se submeterão à recuperação judicial como quirografários. (Sacramone, Marcelo Barbosa. Comentários à Lei de Recuperação de Empresas e Falência. 1º. Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2019, pag. 208.)

20. Uma vez preenchidos os requisitos elencados acima, estará devidamente constituída a propriedade fiduciária, a configurar a hipótese de exceção prevista pelo art. 49, §3º da LRF, sendo ainda de se anotar que “[O] saldo do crédito não coberto pelo valor do bem e/ou da garantia dos contratos” perfaz crédito de natureza *quirografária*, sujeito, assim, à recuperação judicial, na forma do Enunciado nº 51, da Primeira Jornada de Direito Comercial.

21. Por fim, exaurindo-se o tema, resta pacífico o entendimento pela sujeição aos efeitos da recuperação judicial, quanto aos créditos garantidos por propriedade fiduciária que recaia sobre bem de capital essencial ao desenvolvimento da atividade produtiva da sociedade Recuperanda, visto que a retirada de tais bens desencadearia inevitável insucesso ao projeto de soerguimento econômico almejado, conforme leciona LUIZ ROBERTO AYOUB, na forma de trecho de obra de sua lavra que, novamente, traz-se à colação:

O que se busca, aqui, é preservar a empresa. São bens de capital essenciais à atividade, por exemplo, "máquina de brunir e de um forno industrial a gás" no caso em que "a sociedade empresarial agravada tem como atividade principal a fabricação de peças e motores de combustão e transmissões mecânicas, em que o maquinário objeto da ação de busca e apreensão em comento denota-se fundamental, essencial para o exercício das atividades empresariais destacadas". Ademais, já se decidiu que deve ser

revogada liminar de reintegração de posse de máquina vendida com reserva de domínio, ante notícia de deferimento de processamento da recuperação judicial do devedor. (Grifo nosso) (Obra citada, p. 138 e 139)

22. O e. Superior Tribunal de Justiça já se debruçou sobre o tema, circunstância em que compreendeu pela subsunção do crédito garantido aos efeitos da recuperação judicial quando da ocorrência da hipótese ventilada, conforme dicção do aresto abaixo, veja-se:

AGRAVO INTERNO NO CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BENS ESSENCIAIS À ATIVIDADE EMPRESARIAL. EXCEPCIONAL SUBMISSÃO AOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. 1. O credor titular da posição de proprietário fiduciário ou detentor de reserva de domínio de bens móveis ou imóveis não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial (Lei 11.101/2005, art. 49, § 3º), ressalvados os casos em que os bens gravados por garantia de alienação fiduciária cumprem função essencial à atividade produtiva da sociedade Recuperanda. Precedentes. 2. Agravo interno não provido.

(Aglnt no Agint no Aglnt no CC nº 149.561, Min. Rel. Luis Felipe Salomão, 2ª Seção, j. 22.08.2018)

VOTO

(...) Interpretando tal dispositivo da Lei de Quebras, esta Corte Superior sedimentou posicionamento no sentido de que quaisquer atos judiciais, que possam colocar em risco a eficácia do plano de recuperação, devem ser submetidos ao crivo do Juízo universal. Nessa linha de raciocínio, também consolidou a tese de que o **Juízo universal é o competente para decidir acerca da**

essencialidade do bem, ainda que se trate de créditos garantidos por alienação fiduciária, afastando-se, desse modo, a exceção do § 3º do art. 49 da Lei n. 11.101/2005. Outrossim, dentro de suas competências, insere-se a definição acerca do caráter extraconcursal das dívidas contraídas pela Recuperanda a esse título, de modo que, estando os bens litigiosos em posse da suscitante (fl. 672), e tendo o Juízo da recuperação já declarado a sua essencialidade ao soerguimento da empresa, há de prevalecer o entendimento desta Corte Superior sobre a questão. (grifos nossos)

23. No que toca especificamente ao crédito garantido por cessão fiduciária de recebíveis, de acordo com o entendimento do Ilustre Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, esposado no julgamento do REsp nº 1.758.746-GO, o "bem de capital" que a LRF se refere é aquele bem corpóreo (móvel ou imóvel) utilizado no processo de produção da empresa e que, portanto, esteja em sua posse, divergindo, desta maneira, desse conceito, a cessão fiduciária de recebíveis. Esta é a ementa do Recurso Especial em referência:

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. CESSÃO DE CRÉDITO/RECEBÍVEIS EM GARANTIA FIDUCIÁRIA A EMPRÉSTIMO TOMADO PELA EMPRESA DEVEDORA. RETENÇÃO DO CRÉDITO CEDIDO FIDUCIARIAMENTE PELO JUÍZO RECUPERACIONAL, POR REPUTAR QUE O ALUDIDO BEM É ESSENCIAL AO FUNCIONAMENTO DA EMPRESA, COMPREENDENDO-SE, REFLEXAMENTE, QUE SE TRATARIA DE BEM DE CAPITAL, NA DICÇÃO DO § 3º, IN FINE, DO ART. 49 DA LEI N. 11.101/2005. IMPOSSIBILIDADE. DEFINIÇÃO, PELO STJ, DA ABRANGÊNCIA DO TERMO "BEM DE CAPITAL". NECESSIDADE. TRAVA BANCÁRIA RESTABELECIDADA. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. A Lei n. 11.101/2005, embora tenha excluído expressamente dos efeitos da recuperação judicial o crédito de titular da posição de proprietário fiduciário de bens imóveis ou móveis, acentuou que os "bens de capital", objeto de garantia fiduciária, essenciais ao desenvolvimento da atividade

empresarial, permaneceriam na posse da Recuperanda durante o stay period. 1.1 A conceituação de "bem de capital", referido na parte final do § 3º do art. 49 da LRF, inclusive como pressuposto lógico ao subsequente juízo de essencialidade, há de ser objetiva. Para esse propósito, deve-se inferir, de modo objetivo, a abrangência do termo "bem de capital", conferindo-se-lhe interpretação sistemática que, a um só tempo, atenda aos ditames da lei de regência e não descaracterize ou esvazie a garantia fiduciária que recai sobre o "bem de capital", que se encontra provisoriamente na posse da Recuperanda. 2. De seu teor infere-se que o bem, para se caracterizar como bem de capital, deve utilizado no processo produtivo da empresa, já que necessário ao exercício da atividade econômica exercida pelo empresário. Constata-se, ainda, que o bem, para tal categorização, há de se encontrar na posse da Recuperanda, porquanto, como visto, utilizado em seu processo produtivo. Do contrário, aliás, afigurar-se-ia de todo impróprio e na lei não há dizeres inúteis falar em "retenção" ou "proibição de retirada". Por fim, ainda para efeito de identificação do "bem de capital" referido no preceito legal, não se pode atribuir tal qualidade a um bem, cuja utilização signifique o próprio esvaziamento da garantia fiduciária. Isso porque, ao final do stay period, o bem deverá ser restituído ao proprietário, o credor fiduciário. 3. A partir da própria natureza do direito creditício sobre o qual recai a garantia fiduciária - bem incorpóreo e fungível, por excelência -, não há como compreendê-lo como bem de capital, utilizado materialmente no processo produtivo da empresa. 4. Por meio da cessão fiduciária de direitos sobre coisas móveis ou de títulos de crédito (em que se transfere a propriedade resolúvel do direito creditício, representado, no último caso, pelo título - bem móvel incorpóreo e fungível, por natureza), o devedor fiduciante, a partir da contratação, cede "seus recebíveis" à instituição financeira (credor fiduciário), como garantia ao mútuo bancário, que, inclusive, poderá apoderar-se diretamente do crédito ou receber o correlato pagamento diretamente do terceiro (devedor do devedor fiduciante). Nesse contexto, como se constata, o crédito, cedido fiduciariamente, nem sequer se encontra na posse da Recuperanda, afigurando-se de todo imprópria a intervenção

judicial para esse propósito (liberação da trava bancária). 5. A exigência legal de restituição do bem ao credor fiduciário, ao final do stay period, encontrar-seia absolutamente frustrada, caso se pudesse conceber o crédito, cedido fiduciariamente, como sendo "bem de capital". Isso porque a utilização do crédito garantido fiduciariamente, independentemente da finalidade (angariar fundos, pagamento de despesas, pagamento de credores submetidos ou não à recuperação judicial, etc), além de desvirtuar a própria finalidade dos "bens de capital", fulmina por completo a própria garantia fiduciária, chancelando, em última análise, a burla ao comando legal que, de modo expresso, exclui o credor, titular da propriedade fiduciária, dos efeitos da recuperação judicial. 6. Para efeito de aplicação do § 3º do art. 49, "bem de capital", ali referido, há de ser compreendido como o bem, utilizado no processo produtivo da empresa Recuperanda, cujas características essenciais são: bem corpóreo (móvel ou imóvel), que se encontra na posse direta do devedor, e, sobretudo, que não seja perecível nem consumível, de modo que possa ser entregue ao titular da propriedade fiduciária, caso persista a inadimplência, ao final do stay period. 6.1 A partir de tal conceituação, pode-se concluir, in casu, não se estar diante de bem de capital, circunstância que, por expressa disposição legal, não autoriza o Juízo da recuperação judicial obstar que o credor fiduciário satisfaça seu crédito diretamente com os devedores da Recuperanda, no caso, por meio da denominada trava bancária. 7. Recurso especial provido. (REsp 1758746/GO, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/09/2018, DJe 01/10/2018).

24. Na mesma linha, veja-se relevante entendimento doutrinário:

“2.6.6. Credores proprietários e os bens essenciais De acordo com o art. 52, inc. III, da LREF as ações e execuções dos credores proprietários – aqueles mencionados nos §§ 3º e 4º do art. 49 da LREF (proprietário fiduciário, arrendador mercantil, entre outros) - não se suspendem durante o período de proteção (*stay period*).

Mesmo assim, durante o período de proteção, eventual ação visando à retomada do bem fica suspensa se este puder ser enquadrado no conceito de "bem de capital essencial a atividade empresarial" (art. 6º, § 4º c/c 49, § 3º) Acredita-se que o legislador empregou a expressão "bem de capital" da forma mais ampla possível (art. 49, § 3º da LREF). Logo, os bens de capital do devedor seriam aqueles tangíveis de produção, como prédios, máquinas, equipamentos, ferramentas e veículos, entre outros empregados, direta ou indiretamente, na cadeia produtiva da Recuperanda. Nesses termos, já foram considerados bens essenciais à atividade da empresa os imóveis da sede e da planta industrial Recuperanda, bem como veículo (caminhão) utilizado por empresa de transportes e maquinários afeito ao processo produtivo de determinada indústria, entre tantos outros. De qualquer forma, não basta a mera alegação de que o bem é essencial à recuperação judicial; é indispensável que o devedor comprove ao juiz as características/qualidades técnicas do bem, aquelas que o tornam imprescindível para o exercício da atividade empresarial em questão".

(João Pedro Scalzilli, Luis Felipe Spinelli e Rodrigo Tellechea, Almedina, São Paulo, 2016, p. 285/287)

25. Entretanto, apesar de o e. Superior Tribunal de Justiça possuir a posição de que o crédito garantido por cessão fiduciária não se sujeita aos efeitos do processo de recuperação judicial, não se pode olvidar que o emprego da denominada "*trava bancária*" possui efeito negativo que, na grande maioria dos casos, ocasiona a inviabilização do processo de recuperação da empresa.

26. Assim, constitui pilar fundamental da LRF o princípio da preservação da empresa e de sua função social, sob o qual também estão amparados os interesses de todos os demais envolvidos no processo de superação da crise econômico-financeira da empresa, de modo que ao art. 49, §3º da LRF deve ser conferida interpretação que não se distancie dos seus próprios princípios, cujo fim último é o de preservar a empresa.

27. Neste sentido, o interesse do credor fiduciário deve ser ponderado com o Princípio da Preservação da Empresa, assim como com os interesses de todos os demais credores envolvidos no processo recuperacional, de modo que a medida mais razoável e proporcional nessas situações é a mitigação parcial da “trava bancária”, quando o crédito possuir garantia de cessão fiduciária de recebíveis. É justamente esse o entendimento esposado, em reiterados julgamentos realizados pelo e. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÕES. **LIBERAÇÃO PARCIAL DE TRAVAS BANCÁRIAS**. MULTA PARA CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. O juízo de origem determinou a suspensão do curso das ações e execuções pendentes em face da requerente e de seu sócio. Todavia, a suspensão somente se estende ao sócio solidário, presente nas sociedades em que a responsabilidade pessoal é ilimitada, o que não é o caso da agravada. Entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Em sede de agravo de instrumento interposto pelo Banco Safra S. A. contra a mesma decisão ora impugnada, esta Egrégia Oitava Câmara Cível decidiu pela manutenção da liberação parcial das travas bancárias. **Embora o crédito garantido por cessão fiduciária, em regra, não esteja submetido à recuperação judicial, a utilização da trava bancária poderia obstaculizar o êxito da recuperação. A decisão deve ser mantida neste particular, considerando a essencialidade dos valores e o princípio da preservação da empresa. Precedentes desta Corte Estadual**. No que tange à determinação da suspensão dos débitos automáticos, também se revelou correta, de modo a viabilizar a possibilidade de recuperação da agravada. Multa fixada para cumprimento de obrigação de fazer que deve ser suficiente para compelir o devedor a cumprir a obrigação, mas sem que atinja um patamar excessivo, sob pena de configurar enriquecimento sem causa. Deve ser considerada também a natureza das obrigações e as partes envolvidas, em especial diversas instituições financeiras, para as quais uma multa fixada em patamar mais baixo poderia ser

insuficiente. O valor arbitrado, na quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), por dia, revelou-se razoável e adequado ao caso em análise. RECURSO A QUE SE DÁ PARCIAL PROVIMENTO para afastar a determinação de suspensão das ações e execuções em face dos sócios da Recuperanda. (0015932- 67.2016.8.19.0000 - Agravo De Instrumento, Des(A). Augusto Alves Moreira Junior - Julgamento: 14/02/2017 - Oitava Câmara Cível) (alguns grifos não integram o original)

EMPRESARIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **LEVANTAMENTO DA CHAMADA "TRAVA BANCÁRIA", VALORES QUE CONSTITUEM PROPRIEDADE FIDUCIÁRIA**, E, COMO TAIS, SUBMETEM-SE AO REGIME DO ART. 49, §3º DA LEI 11.101/2005, QUE EXCLUI O REFERIDO CRÉDITO DOS EFEITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. **NECESSIDADE DE PONDERAÇÃO DA NORMA COM O PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA**. LEVANTAMENTO PELA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA AUTORIZADO NO LIMITE DE 60% DOS RECEBÍVEIS, PARA, DE UM LADO, ATENDER À LEI DE REGÊNCIA, E, DE OUTRO, PERMITIR O PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO. CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO REMANESCENTE COMO QUIROGRAFÁRIO. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO.

(0059541-03.2016.8.19.0000 - Agravo De Instrumento, Des(A). Custódio De Barros Tostes - Julgamento: 25/04/2017 - Primeira Câmara Cível) (grifamos)

Agravo de Instrumento. Recuperação Judicial. **Antecipação dos efeitos da tutela deferida para a parcial liberação de "trava bancária", decorrente de mútuo avençado com cessão fiduciária de direitos creditórios**. Irresignação. Possibilidade de solução monocrática. Verbete nº 59 da Súmula da Jurisprudência Predominante deste Egrégio Tribunal de Justiça. Decisum que apresenta a necessária fundamentação, amparada em

interpretação da legislação pertinente conferida pelos Tribunais pátrios e nas provas dos autos, e que não se revela extravagante diante dos contornos da matéria apreciada. **Procedimento recuperatório respaldado nos Princípios da Preservação da Empresa e da sua Função Social. Finalidade precípua que consiste em viabilizar o soerguimento e reestruturação da Demandante, com o intuito de preservar o interesse daqueles atingidos por sua debilidade financeira - trabalhadores, credores e sociedade -, por meio de concessão de lapso temporal para a elaboração de plano de saneamento, bem como de medidas legais inibitórias da redução do seu patrimônio por atos de constrição no período.** Controvérsia acerca da natureza dos créditos que não afasta a vedação legal ao esvaziamento da empresa Recuperanda quanto aos bens necessários à manutenção de sua atividade econômica. Inteligência da norma limitadora de direitos prevista no art. 49, §3º, da Lei nº 11.101/05. Regra de exceção, cuja boa hermenêutica impõe interpretação restritiva, vedada qualquer forma de presunção, analogia ou ampliação. **Imprescindibilidade do destravamento dos valores retidos ao cumprimento do programa recuperatório. Imperativa ponderação dos interesses conflitantes que conduz à necessária prevalência, por ora, do objetivo prioritário da legislação regente sobre a pretensão da Agravante quanto à imediata satisfação de seu crédito. Precedentes desta Colenda Corte.** Manutenção da decisão agravada que se impõe. Desprovisionamento do recurso, com fulcro no art. 932, IV, "a", do CPC. (0038015-14.2015.8.19.0000 - AI, Des(A). Sérgio Nogueira De Azeredo - Julgamento: 05/04/2016 - Décima Nona Câmara Cível) (grifos não integram o original).

28. Sendo assim, fixados objetivamente os critérios adotados por esta Administração Judicial, passa-se à análise específica de cada uma das 17 (dezesete) divergências e 5 (cinco) habilitações de crédito administrativas, apresentadas pelos credores da sociedade empresária Recuperanda.

III. Da análise das habilitações e divergências apresentadas**III.1 Classe I – Créditos Trabalhistas****III.1.a Alexandre Otaviano**

29. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo credor Alexandre Otaviano, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao valor listado no primeiro edital, na classe I (trabalhistas), que perfaz a quantia de R\$ 22.824,80 (vinte e dois mil e oitocentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos), afirmando que o valor correto corresponde a R\$ 34.237,20 (trinta e quatro mil e duzentos e trinta e sete reais e vinte centavos).

30. A análise das razões da presente divergência e seus anexos permite atestar que os documentos comprobatórios do crédito, a que se refere o art. 9º, III, da LRF, foram apresentados pelo credor, quais sejam, cópia da petição inicial, ata de acordo e certidão de crédito originários da Reclamação Trabalhista nº 0101093-97.2020.5.01.0342, a qual deu origem ao crédito.

31. Diante do exposto, acolhe-se a divergência apresentada pelo credor Alexandre Otaviano, para retificar o crédito constante a seu favor na relação de credores, de modo que figure no valor total de R\$ 34.237,20 (trinta e quatro mil e duzentos e trinta e sete reais e vinte centavos), na classe dos credores trabalhistas (classe I).

III.1.b Ana Lúcia de Araújo Placidio

32. Trata-se de divergência de crédito apresentada pela credora Ana Lúcia de Araújo Placidio, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao valor listado no primeiro edital, na classe I (trabalhistas), que perfaz a quantia de R\$ 33.513,90 (trinta e três mil quinhentos e treze reais e noventa centavos), afirmando que o valor correto corresponde a R\$ 66.427,14 (sessenta e seis mil quatrocentos e vinte e sete reais e quatorze centavos).

33. Nada obstante, a presente divergência carece dos títulos que concedem esteio ao crédito postulado, a que alude o art. 9º, III, da LRF, havendo, tão somente, planilha de cálculos sem lastro simples, com os valores posicionados até a data de 11 de agosto de 2021, data posterior ao pedido de recuperação judicial, isto é, 01 de julho de 2021, em flagrante dissonância ao inciso II, da mesma norma.

34. Desta maneira, para que a divergência seja acolhida, faz-se necessário que o credor preencha os requisitos do art. 9º da LRF, dentre os quais se insere a apresentação dos documentos essenciais a comprovação do crédito, que no presente caso se consubstanciam na petição inicial, sentença, cálculos de liquidação devidamente homologados e certidão de crédito oriundos da ação trabalhista.

35. Anote-se que na planilha de cálculos anexada à divergência foram incluídas verbas que não se submetem à recuperação judicial, ante a natureza tributária, a saber, contribuição social e IRPF, bem como honorários advocatícios, cuja titularidade é do causídico, sendo certo que a requerente não possui legitimidade para postular a referida verba em nome próprio.

36. Por tais motivos, rejeita-se a divergência apresentada pela credora Ana Lúcia de Araújo Placidio, mantendo-se o seu crédito tal como listado no primeiro edital, na quantia de R\$ 33.513,90 (trinta e três mil e quinhentos e treze reais e noventa centavos), na classe dos créditos trabalhistas (classe I).

III.1.c Edmir Silva Leite

37. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo credor Edmir Silva Leite, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao valor listado no primeiro edital, na classe I (trabalhistas), que perfaz a quantia de R\$ 90.815,43 (noventa mil oitocentos e quinze reais e quarenta e três centavos), afirmando que o valor correto corresponde a R\$ 216.355,54 (duzentos e dezesseis mil trezentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos).

38. Nada obstante, a presente divergência carece dos títulos que concedem esteio ao crédito postulado, a que alude o art. 9º, III, da LRF, havendo, tão somente, uma planilha de cálculos, com os valores posicionados até a data de 11 de agosto de 2021, data posterior ao pedido de recuperação judicial, isto é, 01 de julho de 2021, em flagrante dissonância ao inciso II, da mesma norma.

39. Desta maneira, para que a divergência seja acolhida, faz-se necessário que o credor preencha os requisitos do art. 9º da LRF, dentre os quais se insere a apresentação dos documentos essenciais a comprovação do crédito, que no presente caso se consubstanciam na petição inicial, sentença, cálculos de liquidação devidamente homologados e certidão de crédito oriundos da ação trabalhista.

40. Anote-se que na planilha de cálculos anexada a divergência foram incluídas verbas que não se submetem a recuperação judicial, ante a natureza tributária, a saber, contribuição social e IRPF, bem como honorários advocatícios, cuja titularidade é do causídico, sendo certo que o requerente não possui legitimidade para postular a referida verba.

41. Por tais motivos, rejeita-se a divergência apresentada pelo credor Edmir Silva Leite, mantendo-se o seu crédito tal como listado no primeiro edital, na quantia de R\$ 90.815,43 (noventa mil e oitocentos e quinze reais e quarenta e três centavos), na classe dos créditos trabalhistas (classe I).

III.1.d José Carlos Nicolau

42. Trata-se de divergência de crédito apresentada por José Carlos Nicolau, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância à relação de credores apresentada pela Recuperanda às fls. 460-472, uma vez que seu nome não consta na referida lista de credores nos autos.

43. O requerente aduz que há crédito em seu favor na lista de fl. 166, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Em adição, afirma que a Reclamação Trabalhista que ajuizara em face da Recuperanda, tombada sob o nº 01000742-69.2016.5.01.0050 e em trâmite perante a 50ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, encontra-se em fase de execução, com sentença homologatória, cujo crédito devido perfaz a quantia de R\$ 232.962,75 (duzentos e trinta e dois mil e novecentos e sessenta e dois reais e setenta e cinco centavos).

44. Convém sublinhar que a lista de fls. 166-171, mencionada pelo requerente, se trata da relação de todas as ações judiciais e procedimentos arbitrais nas quais a Recuperanda é parte, sendo certo que a relação de credores a ser objeto de divergência é àquela acostada às fls. 460-472, na qual José Carlos Nicolau não se encontra.

45. Por este motivo, não há que se falar em divergência, mas, sim, em habilitação de crédito.

46. A esmiuçada análise da presente habilitação e dos documentos que a instruem permite atestar que os cálculos que totalizam a quantia de R\$ 183.795,22 (cento e oitenta e três mil setecentos e noventa e cinco reais e vinte e dois centavos) estão incompletos, não sendo possível apurar, inclusive, a data limite de atualização dos valores aplicada ao cálculo. Nesse sentido, é importante atentar-se a determinação contida no art. 9º, II, da LRF, acerca da atualização dos créditos submetidos a recuperação judicial até a data do pedido, isto é, 01 de julho de 2021.

47. Diante do exposto, rejeita-se a habilitação apresentada, ciente o credor da possibilidade de ingressar com habilitação retardatária de crédito, quando da publicação do Edital previsto no art. 7º, §2º, do mesmo diploma.

III.1.e Luan Viana Ramos

48. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo credor Luan Viana Ramos, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao valor listado no primeiro edital, na classe I (trabalhistas), que perfaz a quantia de R\$ 4.515,04 (quatro mil quinhentos e quinze reais e quatro centavos), afirmando que o valor correto corresponde a R\$ 20.490,80 (vinte mil quatrocentos e noventa reais e oitenta centavos).

49. A despeito de não concordar com o valor declarado pela Recuperanda como devido, o requerente não apresentou nenhum documento comprobatório do crédito ora postulado, a que alude o art. 9º, III, da LRF, que no presente caso se consubstancia na petição inicial, sentença, cálculos devidamente homologados e certidão de crédito originários da Justiça do Trabalho.

50. Desta forma, para que a divergência seja satisfeita, faz-se necessário que o credor preencha os requisitos do art. 9º da Lei 11.101/05, inclusive com a atualização do crédito até a data do pedido de recuperação judicial, isto é, 01 de julho de 2021, na forma do inciso II da norma em questão.

51. À vista do exposto, rejeita-se a divergência apresentada pelo credor Luan Viana Ramos, mantendo-se o seu crédito tal como listado no primeiro edital, na quantia de R\$ 4.515,04 (quatro mil quinhentos e quinze reais e quatro centavos), classe dos créditos trabalhistas (classe I).

III.1.f Maria Cristina Selvani

52. Trata-se de divergência de crédito apresentada pela credora Maria Cristina Selvani, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao valor listado no primeiro edital, na classe I (trabalhistas), que perfaz a quantia de R\$ 76.230,08 (setenta e seis mil duzentos e trinta reais e oito centavos), afirmando que o valor correto corresponde a R\$ 208.154,19 (duzentos e oito mil cento e cinquenta e quatro reais e dezenove centavos).

53. Nada obstante, a presente divergência carece dos títulos que concedem esteio ao crédito postulado, a que alude o art. 9º, III, da LRF, havendo, tão somente, uma planilha de cálculos, com os valores posicionados até a data de 11 de agosto de 2021, data posterior ao pedido de recuperação judicial, isto é, 01 de julho de 2021, em flagrante dissonância ao inciso II, da mesma norma.

54. Desta maneira, para que a divergência seja acolhida, faz-se necessário que o credor preencha os requisitos do art. 9º da LRF, dentre os quais se insere a apresentação dos documentos essenciais a comprovação do crédito, que no presente caso se consubstanciam na petição inicial, sentença, cálculos de liquidação devidamente homologados e certidão de crédito oriundos da ação trabalhista.

55. Anote-se que na planilha de cálculos anexada à divergência foram incluídas verbas que não se submetem à recuperação judicial, ante a natureza tributária, a saber, contribuição social e IRPF, bem como honorários advocatícios, cuja titularidade é do causídico, sendo certo que a requerente não possui legitimidade para postular a referida verba.

56. Por tais motivos, rejeita-se a divergência apresentada pela credora Maria Cristina Selvani, mantendo-se o seu crédito tal como listado no primeiro edital, na quantia de R\$ 76.230,08 (setenta e seis mil e duzentos e trinta reais e oito centavos), na classe dos créditos trabalhistas (classe I).

III.1.g Mauricea Alves de Souza

57. Trata-se de divergência de crédito apresentada pela credora Mauricea Alves de Souza, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao valor listado no primeiro edital, na classe I (trabalhistas), que perfaz a quantia de R\$ 19.333,82 (dezenove mil e trezentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos), afirmando que o valor correto corresponde a R\$ 44.946,69 (quarenta e quatro mil e novecentos e quarenta e seis reais e sessenta e nove centavos).

58. Nada obstante, a presente divergência carece dos títulos que concedem esteio ao crédito postulado, a que alude o art. 9º, III, da LRF, havendo, tão somente, uma planilha de cálculos, com os valores posicionados até a data de 12 de agosto de 2021, data posterior ao pedido de recuperação judicial, isto é, 01 de julho de 2021, em flagrante dissonância ao inciso II, da mesma norma.

59. Desta maneira, para que a divergência seja acolhida, faz-se necessário que o credor preencha os requisitos do art. 9º da LRF, dentre os quais se insere a apresentação dos documentos essenciais a comprovação do crédito, que no presente caso se consubstanciam na petição inicial, sentença, cálculos de liquidação devidamente homologados e certidão de crédito oriundos da ação trabalhista.

60. Anote-se que na planilha de cálculos anexada à divergência foram incluídas verbas que não se submetem à recuperação judicial, ante a natureza tributária, a saber, contribuição social e IRPF, bem como honorários advocatícios, cuja titularidade é do causídico, sendo certo que a requerente não possui legitimidade para postular a referida verba.

61. Por tais motivos, rejeita-se a divergência apresentada pela credora Mauricea Alves de Souza, mantendo-se o seu crédito tal como listado no primeiro edital, na quantia de R\$ 19.333,82 (dezenove mil e trezentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos), na classe dos créditos trabalhistas (classe I).

III.1.h Rafael de Oliveira Gottas

62. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo credor Rafael de Oliveira Gottas, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao valor

listado no primeiro edital, na classe I (trabalhistas), que perfaz a quantia de R\$ 44.560,37 (quarenta e quatro mil quinhentos e sessenta reais e trinta e sete centavos), afirmando que o valor correto corresponde a R\$ 87.881,91 (oitenta e sete mil oitocentos e oitenta e um reais e noventa e um centavos).

63. Nada obstante, a presente divergência carece dos títulos que concedem esteio ao crédito postulado, a que alude o art. 9º, III, da LRF, havendo, tão somente, uma planilha de cálculos, com os valores posicionados até a data de 12 de agosto de 2021, data posterior ao pedido de recuperação judicial, isto é, 01 de julho de 2021, em flagrante dissonância ao inciso II, da mesma norma.

64. Desta maneira, para que a divergência seja acolhida, faz-se necessário que o credor preencha os requisitos do art. 9º da LRF, dentre os quais se insere a apresentação dos documentos essenciais a comprovação do crédito, que no presente caso se consubstanciam na petição inicial, sentença, cálculos de liquidação devidamente homologados e certidão de crédito oriundos da ação trabalhista.

65. Anote-se que na planilha de cálculos anexada à divergência foram incluídas verbas que não se submetem à recuperação judicial, ante a natureza tributária, a saber, contribuição social e IRPF, bem como honorários advocatícios, cuja titularidade é do causídico, sendo certo que o requerente não possui legitimidade para postular a referida verba.

66. Por tais motivos, rejeita-se a divergência apresentada pelo credor Rafael de Oliveira Gottas, mantendo-se o seu crédito tal como listado no primeiro edital, na quantia de R\$ 44.560,37 (quarenta e quatro mil e quinhentos e sessenta reais e trinta e sete centavos), na classe dos créditos trabalhistas (classe I).

III.1.i Rita de Cássia Rodrigues Nascimento

67. Trata-se de divergência de crédito apresentada pela credora Rita de Cássia Rodrigues Nascimento, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao valor listado no primeiro edital, na classe I (trabalhistas), que perfaz a quantia de R\$ 64.603,14 (sessenta e quatro mil e seiscentos e três reais e quatorze centavos), afirmando que o valor correto corresponde a R\$ 155.300,47 (cento e cinquenta e cinco mil trezentos reais e quarenta e sete centavos).

68. Nada obstante, a presente divergência carece dos títulos que concedem esteio ao crédito postulado, a que alude o art. 9º, III, da LRF, havendo, tão somente, uma planilha de cálculos, com os valores posicionados até a data de 13 de agosto de 2021, data posterior ao pedido de recuperação judicial, isto é, 01 de julho de 2021, em flagrante dissonância ao inciso II, da mesma norma.

69. Desta maneira, para que a divergência seja acolhida, faz-se necessário que o credor preencha os requisitos do art. 9º da LRF, dentre os quais se insere a apresentação dos documentos essenciais a comprovação do crédito, que no presente caso se consubstanciam na petição inicial, sentença, cálculos de liquidação devidamente homologados e certidão de crédito oriundos da ação trabalhista.

70. Anote-se que na planilha de cálculos anexada à divergência foram incluídas verbas que não se submetem à recuperação judicial, ante a natureza tributária, a saber, contribuição social e IRPF, bem como honorários advocatícios, cuja titularidade é do causídico, sendo certo que a requerente não possui legitimidade para postular a referida verba.

71. À vista do exposto, rejeita-se a divergência apresentada pela credora Rita de Cássia Rodrigues Nascimento, mantendo-se o seu crédito tal como listado no primeiro edital, na quantia de R\$ 64.603,14 (sessenta e quatro mil e seiscentos e três reais e quatorze centavos), na classe dos créditos trabalhistas (classe I).

III.1.j Sandro Florencio Dutra

72. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo credor Sandro Florencio Dutra, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao valor listado no primeiro edital, na classe I (trabalhistas), que perfaz a quantia de R\$ 157.165,41 (cento e cinquenta e sete mil cento e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos), afirmando que o valor correto corresponde a R\$ 372.740,65 (trezentos e setenta e dois mil setecentos e quarenta reais e sessenta e cinco centavos).

73. Nada obstante, a presente divergência carece dos títulos que concedem esteio ao crédito postulado, a que alude o art. 9º, III, da LRF, havendo, tão somente, uma planilha de cálculos, com os valores posicionados até a data de 13 de agosto de 2021, data posterior ao pedido de recuperação judicial, isto é, 01 de julho de 2021, em flagrante dissonância ao inciso II, da mesma norma.

74. Desta maneira, para que a divergência seja acolhida, faz-se necessário que o credor preencha os requisitos do art. 9º da LRF, dentre os quais se insere a apresentação dos documentos essenciais a comprovação do crédito, que no presente caso se consubstanciam na petição inicial, sentença, cálculos de liquidação devidamente homologados e certidão de crédito oriundos da ação trabalhista.

75. Anote-se que na planilha de cálculos anexada à divergência foram incluídas verbas que não se submetem à recuperação judicial, ante a natureza tributária, a saber, contribuição social e IRPF, bem como honorários advocatícios, cuja titularidade é do causídico, sendo certo que o requerente não possui legitimidade para postular a referida verba.

76. À vista do exposto, rejeita-se a divergência apresentada pelo credor Sandro Florencio Dutra, mantendo-se o seu crédito tal como listado no primeiro edital, na quantia de R\$ 157.165,41 (cento e cinquenta e sete mil cento e sessenta e cinco reais e quarenta e um centavos), na classe dos créditos trabalhistas (classe I).

III.1.I Gabriele Avelino de Souza

77. Trata-se de divergência de crédito apresentada pela credora Gabriele Avelino de Souza, através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao valor listado no primeiro edital, na classe I (trabalhistas), que perfaz a quantia de R\$ 2.413,00 (dois mil quatrocentos e treze reais), afirmando que o valor correto corresponde a R\$ 11.851,36 (onze mil oitocentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos).

78. Nada obstante, a presente divergência carece dos títulos que concedem esteio ao crédito postulado, a que alude o art. 9º, III, da LRF, havendo, tão somente, uma planilha de cálculos, com os valores posicionados até a data de 15 de outubro de 2021, data posterior ao pedido de recuperação judicial, isto é, 01 de julho de 2021, em flagrante dissonância ao inciso II, da mesma norma.

79. Desta maneira, para que a divergência seja acolhida, faz-se necessário que o credor preencha os requisitos do art. 9º da LRF, dentre os quais se insere a apresentação dos documentos essenciais à comprovação do crédito, que no presente caso se consubstanciam na petição inicial, sentença, cálculos de liquidação devidamente homologados e certidão de crédito oriundos da ação trabalhista.

80. Anote-se que na planilha de cálculos anexada a divergência foram incluídos equivocadamente os honorários advocatícios, verba de titularidade do causídico, sendo certo que Gabriele Avelino de Souza não possui legitimidade para postular a referida verba.

81. Cumpre assinalar que na ocasião do contraditório administrativo, realizado via *e-mail*, a Recuperanda logrou êxito em comprovar que a credora recebeu a quantia de R\$ 759,84 (setecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos), por meio do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho devidamente assinado, havendo, então, um saldo remanescente de R\$ 1.653,16 (um mil seiscentos e cinquenta e três reais e dezesseis centavos).

82. Por tais motivos, rejeita-se a divergência apresentada pela credora, e acolhe-se o pedido de minoração apresentado e comprovado pela Recuperanda, de modo que Gabriele Avelino de Souza figure como titular do crédito no valor de R\$1.653,16 (um mil seiscentos e cinquenta e três reais e dezesseis centavos), na classe dos créditos trabalhistas (classe I).

III.1.m João Alves Vieira Júnior

83. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por João Alves Vieira Júnior, através de correio eletrônico, na qual postula a sua inclusão na relação de credores, na classe I (trabalhistas), pela importância de R\$ 25.405,70 (vinte e cinco mil quatrocentos e cinco reais e setenta centavos).

84. O requerente pretende comprovar o crédito ora postulado através da apresentação do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho ("TRCT"), o qual indica a quantia líquida de R\$ 20.733,82 (vinte mil setecentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos) em seu favor. Aduz ser credor, além dos valores indicados no "TRCT", da quantia de R\$ 4.671,17 (quatro mil seiscentos e setenta e um reais e dezessete centavos), relativo a FGTS em atraso.

85. Em sede de contraditório administrativo, realizado via *e-mail*, a Recuperanda afirmou que o requerente já recebera o valor do seu crédito, mas não obteve êxito em comprovar o alegado através do documento abaixo colacionado:

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



Razão

Folha: 1

Empresa : 28.670.958/0001-09 - VIACAO CIDADE DO ACO LTDA

Período de: 21/01/2021 até 21/01/2021

Conta contábil: 2.1.4.01.01.001.005 a 2.1.4.01.01.001.005

Lote: Todos

Nº do Lote: Todos

Listar Somente Totais Diários: Não

Ordenar por descrição da conta: Não

Apresentar Número Reduzido: Não

Exibir quebra por data: Sim

DATA	Nº DOC	EMP.	NM. LOTE	NR. LOTE	C/PARTIDA	HISTÓRICO	DEBITO	CREDITO	SALDO
Conta Contábil: 1206 - 2.1.4.01.01.001.005 - Rescisão do Contrato de Trabalho ---> SALDO ANTERIOR: -1.797.937,74									
21/01/2021	4600	001	ECP41	73907		PG.JOÃO ALVES VIEIRA JUNIOR,CF.TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. ENVIO ELETRONICO 290465	20.733,82	0,00	-1.777.203,92
21/01/2021	4644	001	ECP41	73907		PG.SUZANA CARDOSO DA SILVA ARAUJO, REF.PARCELA 01/02,CF.TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. ENVIO ELETRONICO 290936	1.458,43	0,00	-1.775.745,49
Total: 21/01/2021							22.192,25	0,00	-1.775.745,49
Total Conta:							22.192,25	0,00	-1.775.745,49

86. Por outro lado, o próprio requerente fez prova da quitação do valor ora requerido, uma vez que consta no TRCT, devidamente assinado pelo mesmo, a informação de pagamento da quantia de R\$ 20.733,82 (vinte mil setecentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos).

87. À vista do exposto, rejeita-se a habilitação apresentada por João Alves Vieira Júnior, permanecendo o mesmo excluído da presente recuperação judicial, em virtude da quitação dos valores pela Recuperanda.

III.1.n Adriana Fernandes Soares

88. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Adriana Fernandes Soares, através de correio eletrônico, na qual afirma não possui impugnações ao valor listado em seu favor no primeiro edital, na classe I (trabalhistas), que perfaz a quantia de R\$ 19.116,34 (dezenove mil cento e dezesseis reais e trinta e quatro centavos), requerendo a sua habilitação.

89. Considerando que a credora reconhece como devido a mesma importância que a Recuperanda fez constar em sua relação de credores colacionada às fls. 460-472, não se faz necessária a presente a habilitação, de modo que será mantido o seu crédito na quantia de R\$ 19.116,34 (dezenove mil e cento e dezesseis reais e trinta e quatro centavos), na classe dos créditos trabalhistas (classe I).

III.2 Classe III – Créditos Quirográficos**III.2.a Banco Luso Brasileiro S/A**

90. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo credor Banco Luso Brasileiro S/A (“Luso”), através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância a qualidade e ao valor que foram atribuídos ao seu crédito no primeiro edital, requerendo a sua exclusão da recuperação judicial.

91. Em suas razões, aduz que a Recuperanda contraiu perante o LUSO 3 (três) linhas de crédito através da emissão das Cédulas de Crédito Bancário (“CCB”) nº 2018003160, nº 201900404043 e nº 2019004390.

92. Afirma que a primeira, CCB nº 2018003160, foi celebrada na data de 22 de junho de 2018, no valor histórico de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), posteriormente aditada em 06 de abril de 2020, 16 de setembro de 2020 e 01 de março de 2021, e garantida por aval, nota promissória e por *cessão fiduciária de direitos creditórios vinculados ao crédito proveniente da licença operacional para prestação de Serviços Regular de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros*.

93. A segunda, CCB nº 2019004043, foi celebrada na data de 23 de agosto de 2019, no valor histórico de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), posteriormente aditada em 16 de setembro de 2020 e 01 de março de 2021, e garantida por aval, nota promissória, *cessão fiduciária de direitos creditórios vinculados ao crédito proveniente da licença operacional para prestação de Serviços Regular de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros* e por *alienação fiduciária de 2 (dois) veículos*, esta última constituída no momento da celebração do primeiro aditivo.

94. A terceira, CCB nº 2019004390, foi celebrada na data de 11 de dezembro de 2019, no valor histórico de R\$ 1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), posteriormente aditada em 06 de abril de 2020, 16 de setembro de 2020, 13 de janeiro de 2021 e 01 de março de 2021, e garantida por aval, nota promissória, *cessão fiduciária de direitos creditórios vinculados ao crédito proveniente da licença operacional para prestação de Serviços Regular de Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros* e por *alienação fiduciária de 6 (seis) veículos*, sendo que apenas 1 (um) veículo foi mantido, e os demais substituídos no momento da celebração do terceiro aditamento a CCB, passando a constar o total de 7 (sete) veículo.

95. Prossegue no afirmar que foi listado pela Recuperanda com crédito quirografário (classe III), no valor de R\$ 2.265.075,20 (dois milhões duzentos e sessenta e cinco mil setenta e cinco reais e vinte centavos). De acordo com o Luso, seu crédito perfaz a quantia de R\$ 2.220.265,10 (dois milhões duzentos e vinte mil duzentos e sessenta e cinco reais e dez centavos), e ostenta natureza extraconcursal, eis que garantido por cessão fiduciária de direitos creditórios e alienação fiduciária, não se submetendo a presente recuperação judicial, por força do art. 49, §3º, da LRF.

96. Pois bem. Analisando-se as razões de divergência em paralelo aos documentos que a instruem, atesta-se que o “*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Títulos e Direitos Creditórios Vinculada à Cédula de Crédito Bancário nº 2019004043*” e o “*Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Títulos e Direitos Creditórios Vinculada à Cédula de Crédito Bancário nº 2019004390*” não possuem o devido registro no cartório competente, requisito essencial à constituição da propriedade fiduciária de bens infungíveis, determinação esta que emana do art. 1.361, §1º, do Código Civil (“CC”).

97. Para além da ausência de registro, ainda que desconsiderado o referido elemento essencial à sua oponibilidade, mais imprescindível ainda é a constatação de que o valor gravado com a garantia de cessão fiduciária mostra-se essencial à manutenção da atividade da Recuperanda, de modo que sua retirada poderia desencadear sensível diminuição de sua capacidade operacional.

98. No tocante aos bens objeto de alienação fiduciária nos contratos nº 2019004043 e nº 2019004390, é imperioso observar que a referida garantia recai sobre veículos destinados ao desenvolvimento da principal atividade da Recuperanda, a saber, **o transporte rodoviário coletivo de passageiros**, o que flagrantemente lhes tornam essenciais a manutenção de suas atividades, e seus eventuais recolhimentos desencadeariam expressiva diminuição de sua capacidade operacional.

99. Registre-se que a Recuperanda, na ocasião do contraditório administrativo, em comunicação via *e-mail*, informou estar de acordo com o valor do crédito declarado pelo Luso como devido, isto é, R\$ 2.220.265,10 (dois milhões duzentos e vinte mil duzentos e sessenta e cinco reais e dez centavos), se manifestando pela sua manutenção na recuperação judicial, em razão da essencialidade dos bens dados em garantia aos contratos.

100. Assim, considerando todo o exposto, esta Administração Judicial, em homenagem ao princípio da preservação da empresa, que rege o processo de recuperação judicial e a vedação da retirada de bens essenciais da Recuperanda durante a condução do processamento do feito, bem como pelas razões expostas nas premissas objetivas constantes da presente manifestação, entende pela essencialidade dos valores objeto de cessão fiduciária, bem como dos veículos objeto de alienação fiduciária, motivo pelo qual acolhe parcialmente a divergência apresentada, para que permaneça listado o crédito em favor do Banco Luso Brasileiro S/A, retificando-o para o importe de R\$ 2.220.265,10 (dois milhões duzentos e vinte mil duzentos e sessenta e cinco reais e dez centavos), na classe dos credores quirografários (classe III).

III.2.b Banco Itaú S/A

101. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo credor Banco Itaú S/A (“Itaú”), através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao crédito listado no primeiro edital, na classe III (quirografários), que perfaz a quantia de R\$ 3.110.399,29 (três milhões cento e dez mil trezentos e noventa e nove reais e vinte e nove centavos), requerendo seja excluído da recuperação judicial, eis que tem origem em contratos que não se sujeitam aos seus efeitos, conforme a regra prevista no art. 49, §3º, da LRF.

102. Em suas razões, o Itaú afirma que seu crédito tem origem nas Cédulas de Crédito Bancário nº 39071333 e nº 204856348, garantidas por alienação e cessão fiduciária, não se sujeitando, assim, à recuperação judicial, nos termos da sobredita norma. Veja-se:

1) Cédula de Crédito Bancário n. 390871333, garantido por Instrumento de Alienação Fiduciária e Termo de Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito, emitida em 28/09/2020, no valor total de R\$ 3.452.632,60 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e trinta e dois reais e sessenta centavos);

2) Cédula de Crédito Bancário n. 204856348, firmada para renegociação de dívidas, emitida em 05/05/2021, no valor total de R\$ 339.352,82 (trezentos e trinta e nove mil, trezentos e cinquenta e dois reais e oitenta e dois centavos).

103. Em adição, afirma que o contrato nº 204856348 foi pactuado para pagamento das parcelas em atraso do contrato principal, isto é, o contrato nº 390871333, sem a intenção de novar, permanecendo em vigor o instrumento original e as garantias prestadas.

104. No que se refere ao “*Termo de Constituição de Garantia Alienação Fiduciária*”, cuja garantia consiste em veículos de propriedade da Recuperanda, esse Administrador Judicial consigna que não foi realizado o registro na repartição competente para o licenciamento, requisito essencial à constituição da propriedade fiduciária de veículos, determinação esta que emana do art. 1.361, §1º, do Código Civil (“CC”).

105. Ademais, ainda que desconsiderado o referido elemento essencial à sua oponibilidade, mais imprescindível ainda é a constatação de que os bens gravados com a garantia de alienação fiduciária se destinam ao desenvolvimento da principal atividade da Recuperanda, a saber, **o transporte rodoviário coletivo de passageiros**, o que flagrantemente lhes tornam essenciais a manutenção de suas atividades, e seus eventuais recolhimentos desencadeariam expressiva diminuição de sua capacidade operacional.

106. Com relação ao “*Termo de Constituição de Garantia Cessão Fiduciária de Direitos de Crédito – Recebíveis de Cartão de Crédito, Débito e/ou de Benefícios*”, há o devido registro no Cartório de Títulos e Documentos – 1º Ofício de Barra Mansa. Contudo, o valor gravado em garantia mostra-se essencial à manutenção da atividade da Recuperanda, de modo que sua retirada poderia desencadear sensível diminuição de sua capacidade operacional, razão pela qual essa Administração Judicial rejeita a divergência de crédito apresentada.

107. Nessa ordem de ideias, o Administrador Judicial reitera o seu entendimento, exposto detidamente nas premissas para a resolução das divergências apresentadas, destacando ainda, o princípio da preservação da empresa e a indispensabilidade dos bens de capital e demais bens essenciais à atividade da Recuperanda, e, ainda, ante a falta do devido registro da garantia, rejeita-se a divergência do Banco Itaú S/A, mantendo-se no valor de R\$ 3.110.399,29 (três milhões cento e dez mil trezentos e noventa e nove reais e vinte e nove centavos), na classe III (quirografários).

III.2.c Caruana S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento

108. Trata-se de divergência de crédito apresentada pela credora Caruana S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, na qual postula a exclusão do crédito listado em seu favor no primeiro edital, na classe III (quirografários), que perfaz a quantia de R\$ 680.015,55 (seiscentos e oitenta mil quinze reais e cinquenta e cinco centavos), especificado como “Instrumento Particular de Aditamento a Cédula de Crédito Bancário”, afirmando que o referido crédito não está sujeito aos efeitos da recuperação judicial, por força da exceção contida no art.49, §3º, da LRF.

109. Expõe, em suas razões de divergência, que firmou com a Recuperanda o contrato consubstanciado na Cédula de Crédito Bancário – Capital de Giro CCB nº 3683 2017 – Financiamento de Veículos – CDC nº 7604-6, na data de 03 de julho de 2017, no valor de R\$ 2.490.000,00 (dois milhões quatrocentos e noventa mil reais), garantido por alienação fiduciária de 11 (onze) bens móveis.

110. Prossegue no afirmar que através de Instrumento Particular de Aditamento de Cédula de Crédito Bancário nº 3683R01 e nº 3683R02, o fluxo de pagamento das parcelas foi alterado, de modo que o débito atualizado até a data do pedido de recuperação judicial importa em R\$ 641.687,68 (seiscentos e quarenta e um mil seiscentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos).

111. Anote-se que a credora não apresentou o “Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia e Outras Avenças”, indicado no contrato nº 3683 2017, documento imprescindível a verificação da existência e validade da referida garantia.

112. Para além disso, após análise minuciosa do contrato e seus aditamentos, constatou-se que os veículos alienados fiduciariamente em garantia são 11 (onze) ônibus da marca SCANIA, modelo M POLO PARADISO R, **que se destinam a atividade econômica desenvolvida pela sociedade Recuperanda, isto é, o transporte rodoviário coletivo de passageiros, o que flagrantemente lhes tornam essenciais a manutenção de suas atividades**, e seus eventuais recolhimentos desencadeariam expressiva diminuição de sua capacidade operacional.

113. Assim, considerando todo o exposto, esta Administração Judicial, em homenagem ao princípio da preservação da empresa, que rege o processo de recuperação judicial e a vedação da retirada de bens essenciais da Recuperanda durante

a condução do processamento do feito, bem como pelas razões expostas nas premissas objetivas constantes da presente manifestação, entende pela essencialidade dos veículos de propriedade da Viação Cidade do Aço, motivo pelo qual rejeita a divergência apresentada, para que permaneça listado o crédito em favor da Caruana S/A Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento, no importe de R\$ 680.015,55 (seiscentos e oitenta mil e quinze reais e cinquenta e cinco centavos), na classe dos credores quirografários (classe III).

III.2.d Sonda Mobility Ltda.

114. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo credor Sonda Mobility Ltda., através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao valor listado no primeiro edital, na classe III (quirografários), que perfaz a quantia de R\$ 54.145,47 (cinquenta e quatro mil cento e quarenta e cinco reais e quarenta e sete centavos), afirmando que o valor correto corresponde a R\$ 74.580,31 (setenta e quatro mil quinhentos e oitenta reais e trinta e um centavos).

115. Nada obstante, a análise da presente divergência permite atestar que foram apresentadas 10 (dez) notas fiscais eletrônicas de serviço, cujo tomador é a empresa Recuperanda, assim como a planilha abaixo colacionada, não havendo informação quanto a data de atualização dos valores:

NF	Tipo	Cliente	Nome Cliente	Emissao	Vencimento	Vlr.Titulo	Desconto APP	Saldo
70322	NF	1770	VIACAO CIDADE DO ACO	31/08/2020	31/08/2020	R\$ 8.690,31		R\$ 8.690,31
70855	NF	1770	VIACAO CIDADE DO ACO	29/04/2020	15/05/2020	R\$ 2.800,00	R\$ 560,00	R\$ 2.240,00
72562	NF	1770	VIACAO CIDADE DO ACO	28/07/2020	15/08/2020	R\$ 2.800,00	R\$ 560,00	R\$ 2.240,00
73328	NF	1770	VIACAO CIDADE DO ACO	30/09/2020	15/10/2020	R\$ 6.440,00		R\$ 6.440,00
74384	NF	1770	VIACAO CIDADE DO ACO	27/11/2020	15/12/2020	R\$ 7.820,00		R\$ 7.820,00
74402	NF	1770	VIACAO CIDADE DO ACO	30/11/2020	15/12/2020	R\$ 1.035,00		R\$ 1.035,00
74935	NF	1770	VIACAO CIDADE DO ACO	24/12/2020	15/01/2021	R\$ 7.820,00		R\$ 7.820,00
76574	NF	1770	VIACAO CIDADE DO ACO	26/03/2021	15/04/2021	R\$ 12.305,00		R\$ 12.305,00
77111	NF	1770	VIACAO CIDADE DO ACO	29/04/2021	15/05/2021	R\$ 12.995,00		R\$ 12.995,00
78208	NF	1770	VIACAO CIDADE DO ACO	28/06/2021	15/07/2021	R\$ 12.995,00		R\$ 12.995,00

116. Nesse sentido, registra-se que o art. 9º, II, da LRF, prevê a atualização dos créditos concursais tão somente até a data do pedido de recuperação judicial, que no presente caso ocorreu em 01 de julho de 2021.

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



117. Para além disso, em sede de contraditório administrativo, realizado via e-mail, a Recuperanda informou que 4 (quatro) das 10 (dez) notas acima elencadas foram canceladas pela própria Sonda Mobility, por se tratar de cobrança indevida, sendo elas: NF 70322, vencimento em 31.08.2020; NF 70855, vencimento em 15.05.2020; NF 72562, vencimento em 15.08.2020; e NF 73328, vencimento em 15.10.2020. Veja-se:

RE: Prestação de Serviço Módulo GPS - VIACÃO CIDADE DO AÇO

Faturamento M2M <faturamento@m2msolutions.com.br>

Ter, 27/04/2021 16:14

Para: Comercial <comercial@ciadadedoaco.com.br>; trafego <trafego@ciadadedoaco.com.br>; Jose Da Silva Costa, Marcelo <marcelo.costa@m2msolutions.com.br>

Boa tarde!

Ana Lucia,

Apos analise verificamos que as notas especificadas abaixo trata-se de cobranças indevidas. Gentileza desconsiderar pois estamos realizando o cancelamento das mesmas. Abaixo segue a planilha com as notas que constam em aberto no nosso sistema para sua análise.

70322 31/08 - Cancelada ✓
70855 15/05 - Cancelada ✓
71422 15/06 - Cancelada
71998 15/07 - Cancelada
72562 17/08 - Cancelada ✓
73328 15/10 - Cancelada ✓

NF Eletr	Nome Cliente	Vencimento	Vlr.Titulo
74384	VIACAO CIDADE DO ACO	15/12/2020	R\$ 7.820,00
74402	VIACAO CIDADE DO ACO	15/12/2020	R\$ 1.035,00
74935	VIACAO CIDADE DO ACO	15/01/2021	R\$ 7.820,00
76574	VIACAO CIDADE DO ACO	15/04/2021	R\$ 12.305,00

Caso tenha efetuado o pagamento de alguma, por favor poderia nos enviar o comprovante para providenciarmos a baixa.

Atenciosamente

NOTAS CANCELADAS
CONF. E-MAIL DE
21/4/2021

NF	Tipo	Cliente	Nome Cliente	Emissao	Vencimento	Vlr.Titulo	Desconto APP	Saldo
70322	NF	1770	VIACAO CIDADE DO ACO	31/08/2020	31/08/2020	R\$ 6.690,31		R\$ 6.690,31
70855	NF	1770	VIACAO CIDADE DO ACO	29/04/2020	15/05/2020	R\$ 2.800,00	R\$ 560,00	R\$ 2.240,00
72562	NF	1770	VIACAO CIDADE DO ACO	28/07/2020	15/08/2020	R\$ 2.800,00	R\$ 560,00	R\$ 2.240,00
73328	NF	1770	VIACAO CIDADE DO ACO	30/09/2020	15/10/2020	R\$ 6.440,00		R\$ 6.440,00
74384	NF	1770	VIACAO CIDADE DO ACO	27/11/2020	15/12/2020	R\$ 7.820,00		R\$ 7.820,00
74402	NF	1770	VIACAO CIDADE DO ACO	30/11/2020	15/12/2020	R\$ 1.035,00		R\$ 1.035,00
74935	NF	1770	VIACAO CIDADE DO ACO	24/12/2020	15/01/2021	R\$ 7.820,00		R\$ 7.820,00
76574	NF	1770	VIACAO CIDADE DO ACO	26/03/2021	15/04/2021	R\$ 12.305,00		R\$ 12.305,00
77111	NF	1770	VIACAO CIDADE DO ACO	29/04/2021	15/05/2021	R\$ 12.995,00		R\$ 12.995,00
78208	NF	1770	VIACAO CIDADE DO ACO	28/06/2021	15/07/2021	R\$ 12.995,00		R\$ 12.995,00
total								R\$ 74.580,31

118. Diante do exposto, rejeita-se a divergência apresentada, mantendo-se o crédito tal como listado no primeiro edital, na classe dos credores quirografários (classe III), pela importância de R\$ 54.145,47 (cinquenta e quatro mil cento e quarenta e cinco reais e quarenta e sete centavos).

III.2.e Supermercado Fênix Ltda.

119. Trata-se de divergência de crédito apresentada pelo credor Supermercado Fênix Ltda., através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao valor listado no primeiro edital, na classe III (quirografários), que perfaz a quantia de R\$ 1.099,558,53 (um milhão noventa e nove mil quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e três centavos), afirmando que o valor correto corresponde a R\$ 1.623.162,74 (um milhão seiscentos e vinte e três mil cento e sessenta e dois reais e setenta e quatro centavos).

120. Em suas razões, a requerente afirma que seu crédito é relativo à venda de mercadorias para a Recuperanda, havendo notas fiscais sem nenhum pagamento e notas fiscais pagas com atraso, sendo que para estas últimas o valor do crédito é representado pelos juros de mora.

121. Afirma, ainda, que o valor listado pela Recuperanda contempla apenas o valor histórico das notas fiscais inadimplidas, que soma a quantia de R\$ 1.153.958,53 (um milhão cento e cinquenta e três mil novecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e três centavos), deixando de contemplar a devida atualização até a data do pedido de recuperação judicial, além de desconsiderar os juros de mora incidentes sobre as notas pagas com atraso, o que totaliza o montante de R\$ 276.350,08 (duzentos e setenta e seis mil trezentos e cinquenta reais e oito centavos).

122. Pois bem. Analisando-se as 63 (sessenta e três) notas fiscais que o credor alega terem sido inadimplidas, atesta-se que a Nota Fiscal nº 000.002.913, emitida em 02 de julho de 2020, no valor de R\$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais), não está instruída com o devido comprovante de recebimento das mercadorias, requisito essencial a comprovação do crédito.

123. Além disso, as Notas Fiscais nº 000.002.982, nº 000.002.306, nº 000.003.807 e nº 000.003.088 não possuem a data do recebimento das mercadorias, havendo, apenas, uma assinatura de difícil inteligência.

124. Outrossim, a requerente não apresentou as notas fiscais que alega ter havido o pagamento em atraso e seus respectivos comprovantes de quitação, o que inviabiliza a análise por esse Administrador Judicial, sobretudo em relação ao termo inicial e o termo final da mora.

125. A Recuperanda informou a esse Administrador Judicial, em planilha enviada na ocasião do contraditório administrativo, realizado por *e-mail*, que o valor do crédito objeto da presente divergência deve ser majorado para a quantia de R\$1.153.558,53 (um milhão e cento e cinquenta e três mil e quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e três centavos).

126. Assim, acolhe-se parcialmente a divergência apresentada pelo credor Supermercado Fênix Ltda., para retificar o crédito constante a seu favor na relação de credores, de modo que figure no valor total de R\$ 1.153.558,53 (um milhão cento e cinquenta e três mil quinhentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e três centavos), na classe dos credores quirografários (classe III).

III.2.f VM Ramos & Cia Ltda.

127. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por VM Ramos & Cia Ltda., através de correio eletrônico, na qual postula a inclusão do crédito no valor de R\$ 134,06 (cento e trinta e quatro reais e seis centavos), na classe III (quirografários), decorrente de fornecimento de serviços de transporte.

128. Para comprovar o que alega, o requerente apresenta um Documento Auxiliar de Conhecimento de Transporte Eletrônico (“DACTE”), no valor de R\$ 134,06 (cento e trinta e quatro reais e seis centavos), bem como o respectivo comprovante de entrega de mercadoria, datado em 22 de junho de 2021.

129. Analisando-se os sobreditos documentos, atesta-se que o tomador do serviço, responsável, por conseguinte, pelo pagamento junto ao prestador, é a Recuperanda, restando devidamente comprovado o crédito que ora se postula, nos termos do art. 9º, III, da LRF, bem como a sua submissão ao concurso de credores, ao passo que o fato gerador do crédito tem data anterior ao pedido de recuperação judicial, isto é, 01 de julho de 2021.

130. Assim, acolhe-se a habilitação apresentada, de modo que a sociedade V.M. Ramos & Cia Ltda. passe a constar na relação de credores, com crédito na importância de 134,06 (cento e trinta e quatro reais e seis centavos), na classe dos créditos quirografários (classe III).

III.2.g Transporte Generoso Ltda.

131. Trata-se de habilitação de crédito apresentada por Transporte Generoso Ltda., através de correio eletrônico, na qual postula a inclusão do crédito no valor de R\$ 436,31 (quatrocentos e trinta e seis reais e trinta e um centavos), na classe III (quirografários), decorrente de fornecimento de serviços de transporte.

132. Para comprovar o que alega, o requerente apresenta dois Documentos Auxiliares de Conhecimento de Transporte Eletrônico (“DACTE”), nos valores de R\$ 265,54 (duzentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) e R\$ 170,77 (cento e setenta reais e setenta e sete centavos), bem como os respectivos comprovantes de entrega de mercadorias, datados em 21 de junho de 2021 e 29 de junho de 2021, respectivamente.

133. Analisando-se os sobreditos documentos, atesta-se que o tomador do serviço, responsável, por conseguinte, pelo pagamento junto ao prestador, é a Recuperanda, restando devidamente comprovado o crédito que ora se postula, nos termos do art. 9º, III, da LRF, bem como a sua submissão ao concurso de credores, ao passo que o fato gerador do crédito tem data anterior ao pedido de recuperação judicial, isto é, 01 de julho de 2021.

134. Assim, acolhe-se a habilitação apresentada, de modo que a sociedade Transporte Generoso Ltda. passe a constar na relação de credores, com crédito na importância de R\$ 436,31 (quatrocentos e trinta e seis reais e trinta e um centavos), na classe dos créditos quirografários (classe III).

III.2.h Localiza Fleet S/A



135. Trata-se de divergência de crédito apresentada pela credora Localiza Fleet S/A (“Localiza”), através de correio eletrônico, na qual manifesta discordância ao

valor listado no primeiro edital, na classe III (quirografários), que perfaz a quantia de R\$28.184,84 (vinte e oito mil cento e oitenta e quatro reais e oitenta e quatro centavos), decorrente do inadimplemento de notas fiscais de locação de veículos, afirmando que o valor correto corresponde a R\$ 44.483,46 (quarenta e quatro mil quatrocentos e oitenta e três reais e quarenta e seis centavos).

136. A despeito da apresentação de 9 (nove) notas fiscais, sendo elas, AFMTZ 1350126, AFMTZ 1350125, AFMTZ 1350124, AFMTZ 1365266, AFMTZ 548294, 531939, AFMTZ 525779, AFMTZ 560429 e AFMTZ 559422, a Localiza deixou de apresentar planilha de créditos atualizada até a data do pedido de recuperação judicial, nos termos do art. 9º, II, da LRF.

137. Para além disso, a credora apresentou notas fiscais referentes a serviços prestados após o pedido de recuperação judicial, a saber, 01 de julho de 2021, à exemplo da nota AFMTZ 559422, o que vai de encontro a previsão contida no art. 49, caput, da LRF.

138. Instaurado o contraditório administrativo, via *e-mail*, a Recuperanda informou que o crédito da Localiza deve ser majorado, na importância de R\$ 4.347,81 (quatro mil trezentos e quarenta e sete reais e oitenta e um centavos), ocasião em que apresentou o comprovante de pagamento da nota AMTZ 559422, que ora se colaciona:

	
Banco Itaú - Comprovante de Pagamento	
TED C – outra titularidade	
Identificação no extrato: SISPAG FORNECEDORES TED	
Dados da conta debitada:	
Nome: VIACAO CIDADE DO ACO LTDA	
Agência: 9156	Conta corrente: 01595 - 1
Dados da TED:	
Nome do favorecido: LOCALIZA FLEET SA	
CPF/CNPJ: 02286479000108	
Número do banco, nome e ISPB: 001 - BCO DO BRASIL S A - ISPB 00000000	
Agência: 3308CORPORATE -BELO HORIZONTE	
Conta corrente: 0000000083488	
Valor da TED: R\$ 11.950,81	
Finalidade: CREDITO EM CONTA	
Informações fornecidas pelo pagador:	
Controle: 177532959000018	
TED solicitada em 12/08/2021 às 16:29:29 via Sispag.	
Autenticação:	
654A39550D9E124F731A33CC1507ADF3FB5A5F3B	

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



De: ALICE MASSENSINI DE FREITAS <alice.freitas@cidadedoaco.com.br>

Enviado: quarta-feira, 1 de dezembro de 2021 09:04

Para: norma <norma@cidadedoaco.com.br>

Assunto: RES: URGENTE - VIAÇÃO CIDADE DO AÇO LTDA - Divergências de Crédito - Validação da Empresa

Bom dia Norma, segue tratativa da Localiza:

FATURA	NATUREZA DE FATURAMENTO	CONTRATO	EMIÇÃO	VENCIMENTO	VENCIDA	VALOR(R\$)	VALOR (R\$) EM ABERTO	OBSERVAÇÃO DA FATURA
AFMTZ 525779	ALUGUEL	RI 00017/18	06/04/2021	30/04/2021	SIM	R\$ 11.526,13	R\$ 11.526,13	ALUGUEL REF. PERÍODO 01/04/2021 à 30/04/2021.
AFMTZ 531939	QUILÔMETROS EXCEDENTES	RI 00017/18	09/04/2021	30/04/2021	SIM	R\$ 4.707,90	R\$ 4.707,90	QUILÔMETROS EXCEDENTES APURADOS EM 04/2021
AFMTZ 548294	ALUGUEL	RI 00017/18	04/06/2021	30/06/2021	SIM	R\$ 11.950,81	R\$ 11.950,81	ALUGUEL REF. PERÍODO 01/06/2021 A 30/06/2021.
AGMTZ 1350126	MULTA DE TRÂNSITO	RI 00017/18	04/06/2021	05/07/2021	SIM	R\$ 124,13	R\$ 124,13	Infração: EXCESS. VELOC. EM ATE 20% data ocorrência 05/12/2020
AGMTZ 1350124	PREFIXAÇÃO DE DANOS	RI 00017/18	04/06/2021	05/07/2021	SIM	R\$ 285,00	R\$ 285,00	Reparo de avarias ocorrido em 12/05/2021
AGMTZ 1350125	PREFIXAÇÃO DE DANOS	RI 00017/18	04/06/2021	05/07/2021	SIM	R\$ 1.055,00	R\$ 1.055,00	Reparo de avarias ocorrido em 18/05/2021
AFMTZ 560429	JUROS POR ATRASO DE PGTO	RI 00017/18	05/07/2021	30/07/2021	SIM	R\$ 499,04	R\$ 499,04	Juros referente a fatura AFMTZ 477175 vencida em 30/11/2020. Juros referente a fatura AGMTZ 1282347 vencida em 06/12/2020. Juros referente a fatura AGMTZ 1290475 vencida em 07/01/2021.
AFMTZ 559422	ALUGUEL	RI 00017/18	05/07/2021	30/07/2021	NÃO	R\$ 11.950,81	R\$ -	ALUGUEL REF. PERÍODO 01/07/2021 A 30/07/2021.
AGMTZ 1365266	PREFIXAÇÃO DE DANOS	RI 00017/18	05/07/2021	05/08/2021	SIM	R\$ 2.384,64	R\$ 2.384,64	Reparo de avarias ocorrido em 30/06/2021
						R\$ 44.483,46	R\$ 32.532,65	

** PRESTAÇÃO DE SERVIÇO OCORRIDA PÓS PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL, POR ISSO TEVE SUA LIQUIDAÇÃO REALIZADA CONFORME COMPROVANTE ANEXO.

Atenciosamente,

Alice Freitas

Supervisora de
Tesouraria

139. Por tais motivos, rejeita-se a divergência apresentada pelo credor, e acolhe-se o pedido de majoração formulado pela Recuperanda, de modo que passe a constar em favor da credora, na classe III (quirografários), no valor de R\$ 32.532,65 (trinta e dois mil quinhentos e trinta e dois centavos e sessenta e cinco centavos).

III.2.i Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

140. Trata-se de divergência de crédito intempestiva apresentada pelo credor Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, através de correio eletrônico, na qual afirma que os créditos listados em seu favor no primeiro edital, na classe III (quirografários), nos valores de R\$ 213.284,92 (duzentos e treze mil duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos) e R\$ 21.328,49 (vinte e um mil trezentos e vinte e oito reais e quarenta e nove centavos) não estão sujeitos a recuperação judicial, em razão da sua extraconcursalidade.

141. Em suas razões, afirma que os referidos créditos possuem natureza fiscal não tributária, e que um dos valores seria revertido em favor de um dos Fundos tratados no art. 13, da Lei 7.347/85, e o outro em favor do Centro de Estudos Jurídicos do Ministério Público-RJ, à título de honorários de sucumbência.

142. Nessa linha, o requerente aduz que o crédito em questão deve receber tratamento de crédito fiscal de natureza não tributária, na esteira do art. 39, §2º, da Lei 4.320/64, que dispõe, *verbis*: “*Dívida Ativa Tributária é o crédito da Fazenda Pública dessa natureza, proveniente de obrigação legal relativa a tributos e respectivos adicionais e multas, e Dívida Ativa não Tributária são os demais créditos da Fazenda Pública, tais como os provenientes de empréstimos compulsórios, contribuições estabelecidas em lei, multa de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias (...)*”.

143. Sustenta, ainda, que o crédito derivado da execução de indenização por dano moral coletivo nos autos de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Consumidor, como no presente caso, traduz-se em crédito fiscal, de natureza não tributária, porém, não sujeito aos efeitos da recuperação judicial, sendo certo que o seu valor não é disponível e nem mesmo a forma de seu pagamento. Em adição, destaca que o tratamento estrito que a lei confere ao crédito fiscal não se adequa à ampla negociabilidade dos créditos privados e à natureza contratual do instituto da recuperação judicial.

144. Ao final, requer, na eventualidade de que seja determinada a permanência do crédito na recuperação judicial, elucide-se como se chegou ao montante listado.

145. Pois bem. A análise das razões de divergência em paralelo a relação de credores do primeiro edital, permite atestar que assiste razão ao requerente, eis que o art. 187 do Código Tributário Nacional prevê a não sujeição do crédito ora em análise ao concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.

146. Assim, acolhe-se a divergência apresentada, excluindo-se o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro da Recuperação Judicial, e os respectivos valores listados em seu favor, isto é, R\$ 213.284,92 (duzentos e treze mil duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e dois centavos) e R\$ 21.328,49 (vinte e um mil trezentos e vinte e oito reais e quarenta e nove centavos).

IV. Das alterações solicitadas pela Recuperanda

IV.1 Classe I – Créditos Trabalhistas

147. A Recuperanda solicitou a maioração de 27 (vinte e sete) e a inclusão de 1 (um) créditos trabalhistas na relação de credores, enviando a essa Administração Judicial a respectiva documentação que arrima sua pretensão, em razão de: (i) ajuste em multa rescisória; (ii) ajuste de férias; e (iii) férias não pagas, totalizando uma diferença no montante dos créditos da referida classe no valor de R\$ 126.736,23 (cento e vinte e seis mil setecentos e trinta e seis reais e vinte e três centavos), nos termos da planilha abaixo:

CREDOR	Origem / Tipo	CNPJ / CPF	Regime de Vencimento	Valor atualizado	Diferença	Histórico de Alterações
LIGIA PEREIRA GONCALVES	RESCISÃO	60942649753	VENCIDO	R\$ 94.351,81	R\$ 42.101,98	Ajuste em Multa Rescisória.
NELSON XAVIER DA SILVA	CONTRATO DE TRABALHO	7987748781	VENCIDO	R\$ 4.711,76	R\$ 1.572,59	Ajuste Férias
LARISSA DE JESUS LOURENCO	RESCISÃO	16566018778	VENCIDO	R\$ 23.202,77	R\$ 1.239,61	Ajuste Férias.
LARISSA CALEGARI SOUZA MEIGAS	CONTRATO DE TRABALHO	17315045783	VENCIDO	R\$ 2.120,21	R\$ 1.340,43	Ajuste Férias.
MICHEL CRISTIAN DAS GRACAS	CONTRATO DE TRABALHO	16333423793	VENCIDO	R\$ 2.250,21	R\$ 1.611,21	férias não pagas.
ASSIS CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA	CONTRATO DE TRABALHO	89387490700	VENCIDO	R\$ 2.643,01	R\$ 1.877,31	Férias não pagas.
LEANDRO AFONSO PEREIRA	CONTRATO DE TRABALHO	14059396729	VENCIDO	R\$ 4.504,76	R\$ 1.878,06	férias não pagas.
WANLEIA MONICK IDAGIRDE FERNANDES	CONTRATO DE TRABALHO	12701995795	VENCIDO	R\$ 2.675,38	R\$ 1.895,60	férias não pagas.
MARIA DO CARMO NASCIMENTO BONFIM	RESCISÃO	90965370763	VENCIDO	R\$ 29.170,15	R\$ 2.217,03	férias não pagas.
CICERO FERNANDES PEREIRA	CONTRATO DE TRABALHO	42949483704	VENCIDO	R\$ 4.406,49	R\$ 3.011,22	férias não pagas.
MAURO DA SILVA ALMEIDA	CONTRATO DE TRABALHO	63350564704	VENCIDO	R\$ 4.437,88	R\$ 3.042,61	férias não pagas.
ANIVALDE JOSE GONCALVES	RESCISÃO	48585599715	VENCIDO	R\$ 53.091,57	R\$ 3.088,70	férias não pagas.
JAMIR RANIERY CAETANO DA SILVA	CONTRATO DE TRABALHO	86833090700	VENCIDO	R\$ 4.502,82	R\$ 3.107,55	férias não pagas.
JOSE BARBOSA SIMOES FERREIRA	CONTRATO DE TRABALHO	7934318758	VENCIDO	R\$ 4.564,55	R\$ 3.169,28	férias não pagas.
BENEDITO INACIO DA SILVA FILHO	CONTRATO DE TRABALHO	76608689772	VENCIDO	R\$ 7.772,56	R\$ 3.203,62	Férias não pagas.
ANDRE LUIS SILVA DOS SANTOS	CONTRATO DE TRABALHO	67739768553	VENCIDO	R\$ 4.693,93	R\$ 3.298,66	férias não pagas.
MARCOS WAGNER DOS SANTOS TAVARES	CONTRATO DE TRABALHO	1284129764	VENCIDO	R\$ 4.823,46	R\$ 3.428,19	férias não pagas.
ANDERSON CARLOS JARDIM DE OLIVEIRA	CONTRATO DE TRABALHO	5442886700	VENCIDO	R\$ 4.879,92	R\$ 3.484,65	Férias não pagas.
SERGIO RAMOS MONSORES	CONTRATO DE TRABALHO	73033456715	VENCIDO	R\$ 4.885,25	R\$ 3.489,98	férias não pagas.
FABIO BATISTA DE SOUZA	CONTRATO DE TRABALHO	4755528739	VENCIDO	R\$ 4.904,25	R\$ 3.508,98	férias não pagas.
FERNANDO ANTONIO DE LIMA RUI	CONTRATO DE TRABALHO	80450466787	VENCIDO	R\$ 4.911,91	R\$ 3.516,64	férias não pagas.
ELSON CORDEIRO ALVES	CONTRATO DE TRABALHO	74783750734	VENCIDO	R\$ 4.913,87	R\$ 3.518,60	férias não pagas.
WELLINGTON SOUZA DA COSTA E SILVA	RESCISÃO	9074644759	VENCIDO	R\$ 19.278,85	R\$ 3.536,03	férias não pagas.
MAURO CARVALHO DE SOUZA	CONTRATO DE TRABALHO	12913287778	VENCIDO	R\$ 4.971,27	R\$ 3.576,00	férias não pagas.
SEBASTIAO FRANCISCO DOS SANTOS	CONTRATO DE TRABALHO	8125642862	VENCIDO	R\$ 4.977,88	R\$ 3.582,61	férias não pagas.
JOSE JORGE DA SILVA	CONTRATO DE TRABALHO	86369148768	VENCIDO	R\$ 5.080,68	R\$ 3.685,41	férias não pagas.
ELISEU LUIZ BATISTA	CONTRATO DE TRABALHO	329089706	VENCIDO	R\$ 5.129,87	R\$ 3.734,60	férias não pagas.
DEA DE SOUZA	RESCISÃO	632742720	VENCIDO	R\$ 10.019,08	R\$ 10.019,08	INCLUSÃO
TOTAL					R\$ 126.736,23	

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados

148. Já em relação aos créditos minorados, foram identificados 36 (trinta e seis) casos, decorrentes de: (i) antecipação de férias e (ii) pagamento em rescisão, que perfazem o monte de R\$ 29.949,21 (vinte e nove mil novecentos e quarenta e nove reais e vinte e um centavos), conforme se denota da relação abaixo:

CREADOR	Origem / Tipo	CNPJ / CPF	Regime de Vencimento	Moeda	Valor atualizado	Classificação	Diferença	Histórico de Alterações
JORDANE CARDOSO FERREIRA	CONTRATO DE TRABALHO	11563462745	VENCIDO	BRL	R\$ 2.221,73	CLASSE I	-R\$ 2.375,33	1.000,00 Antecipação férias e 1.375,33 Pagos em rescisão.
RICARDO JABER	CONTRATO DE TRABALHO	79760988704	VENCIDO	BRL	R\$ 1.395,27	CLASSE I	-R\$ 2.873,06	Antecipação Férias.
MARCIO LUIZ ALVES DE SALES DE PAULA	CONTRATO DE TRABALHO	3290004708	VENCIDO	BRL	R\$ 2.148,98	CLASSE I	-R\$ 2.000,00	Antecipação Férias.
NATANAEL MARCELINO	CONTRATO DE TRABALHO	738400769	VENCIDO	BRL	R\$ 3.706,96	CLASSE I	-R\$ 1.500,00	Antecipação Férias.
PAULO HENRIQUE DA SILVA MACHADO	CONTRATO DE TRABALHO	582207711	VENCIDO	BRL	R\$ 2.732,68	CLASSE I	-R\$ 1.500,00	Antecipação Férias.
CACILENE ARAUJO CAIRES	CONTRATO DE TRABALHO	10227643739	VENCIDO	BRL	R\$ 639,00	CLASSE I	-R\$ 1.497,98	Antecipação Férias.
RAQUEL DE ALMEIDA DUQUE FIETO	CONTRATO DE TRABALHO	65798040763	VENCIDO	BRL	R\$ 7.691,27	CLASSE I	-R\$ 1.000,00	Antecipação Férias.
DIOGO DOS SANTOS BERNARDO	RESCISÃO	5854388606	VENCIDO	BRL	R\$ 35.888,81	CLASSE I	-R\$ 1.000,00	Antecipação Férias.
EDIMAR NUNES GASPAR	CONTRATO DE TRABALHO	133637786	VENCIDO	BRL	R\$ 10.504,17	CLASSE I	-R\$ 1.000,00	Antecipação Férias.
EDNEIDA SILVA CHAVES	CONTRATO DE TRABALHO	244921750	VENCIDO	BRL	R\$ 3.450,36	CLASSE I	-R\$ 1.000,00	Antecipação Férias.
JUVENAL GUIMARAES DE SOUZA	CONTRATO DE TRABALHO	87705028700	VENCIDO	BRL	R\$ 3.821,11	CLASSE I	-R\$ 1.000,00	Antecipação Férias.
MARCELO DA PAIXAO NASCIMENTO	CONTRATO DE TRABALHO	9250402740	VENCIDO	BRL	R\$ 3.651,67	CLASSE I	-R\$ 1.000,00	Antecipação Férias.
ATILA COSTA DE SOUZA	CONTRATO DE TRABALHO	5809476708	VENCIDO	BRL	R\$ 3.143,27	CLASSE I	-R\$ 800,00	Antecipação Férias.
JESSYER FERNANDES DOS SANTOS	CONTRATO DE TRABALHO	14344223721	VENCIDO	BRL	R\$ 3.871,28	CLASSE I	-R\$ 800,00	Antecipação Férias.
ERNANI MARTINS TAVARES	CONTRATO DE TRABALHO	51951614704	VENCIDO	BRL	R\$ 3.487,46	CLASSE I	-R\$ 750,00	Antecipação Férias.
ALEXANDRE ROBERTO DE OLIVEIRA	CONTRATO DE TRABALHO	7840505708	VENCIDO	BRL	R\$ 3.180,22	CLASSE I	-R\$ 500,00	Antecipação Férias.
ANDERSON MATIAS LOPES	CONTRATO DE TRABALHO	10917920708	VENCIDO	BRL	R\$ 3.093,27	CLASSE I	-R\$ 500,00	Antecipação Férias.
CLEBER MATIAS LOPES	CONTRATO DE TRABALHO	93608870725	VENCIDO	BRL	R\$ 1.936,34	CLASSE I	-R\$ 500,00	Antecipação Férias.
FELIPE DE OLIVEIRA SANTOS	CONTRATO DE TRABALHO	11676765727	VENCIDO	BRL	R\$ 2.205,60	CLASSE I	-R\$ 500,00	Antecipação Férias.
LUIS FERNANDO DA SILVA CARNEIRO	CONTRATO DE TRABALHO	16602398776	VENCIDO	BRL	R\$ 2.179,69	CLASSE I	-R\$ 500,00	Antecipação Férias.
MARCELLA MADALENA DIAS	CONTRATO DE TRABALHO	10673667766	VENCIDO	BRL	R\$ 1.833,50	CLASSE I	-R\$ 500,00	Antecipação Férias.
SANDRO OSWALDO ALBUINI	CONTRATO DE TRABALHO	2127268709	VENCIDO	BRL	R\$ 3.115,94	CLASSE I	-R\$ 500,00	Antecipação Férias.
THIAGO ALVES BAPTISTA RODRIGUES	CONTRATO DE TRABALHO	10782799779	VENCIDO	BRL	R\$ 3.343,28	CLASSE I	-R\$ 500,00	Antecipação Férias.
TIAGO ALVARO DA SILVA	RESCISÃO	5338838703	VENCIDO	BRL	R\$ 1.983,16	CLASSE I	-R\$ 500,00	Antecipação Férias.
VINICIUS CARLOS DESLANDES	RESCISÃO	11156403723	VENCIDO	BRL	R\$ 8.630,34	CLASSE I	-R\$ 500,00	Antecipação Férias.
BRUNO SERGIO MIRANDA DA SILVA	CONTRATO DE TRABALHO	14808901706	VENCIDO	BRL	R\$ 3.598,49	CLASSE I	-R\$ 500,00	Antecipação Férias.
DEUCY BARBOSA DA SILVA	CONTRATO DE TRABALHO	89811070768	VENCIDO	BRL	R\$ 3.937,57	CLASSE I	-R\$ 500,00	Antecipação Férias.
ELIAS DIAS SILVA	CONTRATO DE TRABALHO	10463888782	VENCIDO	BRL	R\$ 3.871,35	CLASSE I	-R\$ 500,00	Antecipação Férias.
JAIR DA GAMA	CONTRATO DE TRABALHO	631460705	VENCIDO	BRL	R\$ 3.973,65	CLASSE I	-R\$ 500,00	Antecipação Férias.
MARCOS LUIS DA SILVA	CONTRATO DE TRABALHO	88669068753	VENCIDO	BRL	R\$ 3.691,96	CLASSE I	-R\$ 443,00	Antecipação Férias.
EDSON PEREIRA DOS SANTOS FILHO	RESCISÃO	81538626772	VENCIDO	BRL	R\$ 3.207,91	CLASSE I	-R\$ 400,00	Antecipação Férias.
VICTOR ALBEIRNE DA ROCHA SOUSA	CONTRATO DE TRABALHO	11997151740	VENCIDO	BRL	R\$ 4.616,79	CLASSE I	-R\$ 400,00	Antecipação Férias.
GIDEAO RODRIGUES DOS REIS	CONTRATO DE TRABALHO	2683266731	VENCIDO	BRL	R\$ 4.717,79	CLASSE I	-R\$ 350,00	Antecipação Férias.
ADAFK JOAO DE MARQUES	RESCISÃO	8878004769	VENCIDO	BRL	R\$ 20.080,61	CLASSE I	-R\$ 250,00	Antecipação Férias.
FREDERICO JESUS OLEGARIO	RESCISÃO	9938000762	VENCIDO	BRL	R\$ 18.776,64	CLASSE I	-R\$ 250,00	Antecipação Férias.
GABRIELE AVELINO DE SOUZA	CONTRATO DE TRABALHO	15320414706	VENCIDO	BRL	R\$ 1.653,16	CLASSE I	-R\$ 753,84	Pago em Rescisão.
TOTAL R\$ 29.949,21								

IV.2 Classe III – Créditos Quirografários

IV.2.a Da minoração do crédito da sociedade RJ Consultores & Informática Ltda.

149. Da lista de credores apresentada pela Recuperanda às fls. 460-472 dos autos, identifica-se que a referida sociedade empresária foi regularmente listada na classe dos credores quirografários (classe III), como detentora de créditos que perfazem o total de R\$ 60.863,56 (sessenta mil oitocentos e sessenta e três reais e cinquenta e três centavos).

150. Contudo, a Recuperanda comunicou a essa Administração Judicial que recebera *e-mail* da referida credora, informando que o valor do seu crédito, relativo as notas em aberto, corresponde a R\$ 56.112,86 (cinquenta e seis mil cento e doze reais e oitenta e seis centavos). Veja-se:

Notas em aberto Cidade do aço



Adriana Agapito <adriana@rjconsultores.com.br>
Para ALICE MASSENSINI DE FREITAS

Responder Responder a Todos Encaminhar ...

ter 31/08/2021 16:14

Clique aqui para baixar imagens. Para ajudar a proteger sua privacidade, o Outlook impediu o download automático de algumas imagens desta mensagem.

Boa tarde

Segue relação das notas em aberto (lançadas em recuperação judicial)

Razão Social	NF Elet	Prefixo	Número	Situação	Portador	Data Emissão	Data Vencimento	Vlr. Saldo
VIACAO CIDADE DO ACO LTDA	2021000000001538	UNE	000001544	RJ - RECUPERACAO JURIDICA	341	01/06/2021	21/07/2021	R\$ 4.123,33
VIACAO CIDADE DO ACO LTDA	2021000000001525	UNE	000001531	RJ - RECUPERACAO JURIDICA	341	01/06/2021	21/07/2021	R\$ 627,37
VIACAO CIDADE DO ACO LTDA	2021000000000988	UNE	000000994	RJ - RECUPERACAO JURIDICA	341	01/04/2021	21/05/2021	R\$ 4.750,70
VIACAO CIDADE DO ACO LTDA	2021000000000875	UNE	000000885	RJ - RECUPERACAO JURIDICA	341	16/03/2021	21/04/2021	R\$ 4.750,70
VIACAO CIDADE DO ACO LTDA	2021000000000584	RJC	1019819	RJ - RECUPERACAO JURIDICA	033	24/02/2021	21/03/2021	R\$ 4.123,34
VIACAO CIDADE DO ACO LTDA	2021000000000227	RJC	1019460	RJ - RECUPERACAO JURIDICA	033	25/01/2021	21/02/2021	R\$ 4.123,34
VIACAO CIDADE DO ACO LTDA	2020000000002583	RJC	1017768	RJ - RECUPERACAO JURIDICA	033	20/08/2020	21/09/2020	R\$ 4.123,34
VIACAO CIDADE DO ACO LTDA	2020000000002274	RJC	1017460	RJ - RECUPERACAO JURIDICA	033	24/07/2020	21/08/2020	R\$ 4.123,34
VIACAO CIDADE DO ACO LTDA	2020000000001911	RJC	1017098	RJ - RECUPERACAO JURIDICA	033	23/06/2020	21/07/2020	R\$ 4.123,34
VIACAO CIDADE DO ACO LTDA	2020000000001590	RJC	1016775	RJ - RECUPERACAO JURIDICA	033	18/05/2020	21/06/2020	R\$ 4.123,34
VIACAO CIDADE DO ACO LTDA	2020000000001296	RJC	1016493	RJ - RECUPERACAO JURIDICA	033	27/04/2020	21/05/2020	R\$ 4.123,34
VIACAO CIDADE DO ACO LTDA	2020000000001295	RJC	1016492	RJ - RECUPERACAO JURIDICA	033	27/04/2020	21/05/2020	R\$ 627,36
VIACAO CIDADE DO ACO LTDA	2020000000000956	RJC	1016155	RJ - RECUPERACAO JURIDICA	033	22/03/2020	21/04/2020	R\$ 4.123,34
VIACAO CIDADE DO ACO LTDA	2020000000000595	RJC	1015793	RJ - RECUPERACAO JURIDICA	033	19/02/2020	21/03/2020	R\$ 4.123,34
VIACAO CIDADE DO ACO LTDA	2020000000000232	RJC	1015430	RJ - RECUPERACAO JURIDICA	033	22/01/2020	21/02/2020	R\$ 4.123,34
								R\$ 56.112,86

151. Diante do exposto, esta Administração Judicial acolhe o pedido de minoração do crédito listado em favor da sociedade RJ Consultores & Informática Ltda., de modo que figure no valor de R\$ 56.112,86 (cinquenta e seis mil cento e doze reais e oitenta e seis centavos), na classe dos credores quirografários (classe III).

IV.2.b Da minoração do crédito da sociedade Atacado União Ltda.

152. Da lista de credores apresentada pela Recuperanda às fls. 460-472 dos autos, identifica-se que a referida sociedade empresária foi regularmente listada na classe dos credores quirografários (classe III), como detentora de créditos que perfazem o total de R\$ 10.039,75 (dez mil trinta e nove reais e setenta e cinco centavos).

153. Contudo, a Recuperanda comunicou a essa Administração Judicial que recebera *e-mail* da referida credora, informando que o valor do seu crédito, relativo aos títulos em aberto, corresponde a **R\$ 9.826,88** (nove mil oitocentos e vinte e seis reais e oitenta e oito centavos). Veja-se

Assunto: RES: VALORES EM ABERTO - VIAÇÃO CIDADE DO AÇO

De [Ana Paula Geromel](#)

Para: [ALICE MASSENSINI DE FREITAS](#)

Cc: [Arthur de Souza Lima](#)

Data 27/07/2021 11:01

Alice, bom dia!

Seguem informações.

Fornecedor: Atacado União Ltda.

CNPJ: 12.377.0800001-88

É Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte: () Sim (x) Não

Email principal para futuros comunicados: juridico@fortbras.com.br; cobranca@fortbras.com.br; ana.geromel@fortbras.com.br

Valor total do débito em aberto, atualizado até 30/06/2021: R\$ 9.826,88

Consulta Títulos em Aberto do Cliente - 006217 - 01 - CIDADE DO AÇO							
Filial Orig	No. Título	Parcela	Tipo	DT Emissao	Vencimento	Vlr.Título	Atraso
01 - TIMS	001747701		NF	02/03/2020	05/04/2020	1.450,38	474
01 - TIMS	001722525	02	NF	11/02/2020	10/04/2020	1.564,25	469
01 - TIMS	001758831		NF	10/03/2020	13/04/2020	1.331,90	466
01 - TIMS	001735343	02	NF	20/02/2020	19/04/2020	2.299,75	460
01 - TIMS	001736827	02	NF	21/02/2020	20/04/2020	882,62	459
01 - TIMS	001773553		NF	20/03/2020	23/04/2020	1.166,20	456
01 - TIMS	001752946	02	NF	05/03/2020	03/05/2020	1.131,78	446
						9.826,88	

Atenciosamente,

Ana Paula Geromel
Financeiro
Tel.: +55 11 45011802
Whatsapp: +55 27 99238.5595
www.fortbras.com.br



154. Face ao exposto, este auxiliar do Juízo acolhe o pedido de minoração do crédito listado em favor da sociedade Atacado União Ltda., de modo que figure no valor total de **R\$ 9.826,88** (nove mil oitocentos e vinte e seis reais e oitenta e oito centavos), na classe dos credores quirografários (classe III).

IV.2.c Da inclusão do credor Associação Nacional dos Transportadores de Turismo e Fretamento ("Antur")

155. Em relação ao credor ANTUR, constata-se a sua ausência na lista de credores apresentada pela Recuperanda, às fls. 460-472 dos autos.

156. Contudo, a Recuperanda comunicou a esse Administrador Judicial que a referida empresa possui crédito submetido a recuperação judicial, apresentando os respectivos documentos que corroboram o alegado. Assim, este auxiliar do Juízo acolhe o pedido de inclusão do credor Associação Nacional dos Transportadores de Turismo e Fretamento na presente recuperação judicial, na classe dos credores quirografários (classe III), como detentora de créditos que perfazem o total de R\$ 4.160,00 (quatro mil cento e sessenta reais).

IV.2.d Da majoração do crédito da sociedade GRI Koleta – Gerenciamento de Resíduos Industriais S/A

157. Em relação ao credor GRI Koleta – Gerenciamento de resíduos Industriais S/A, constata-se que na relação de credores apresentada pela Recuperanda, às fls. 460-472 dos autos, a referida empresa foi listada na classe dos credores quirografários (classe III), como detentora de créditos que perfazem o total de R\$ 6.979,36 (seis mil novecentos e setenta e nove reais e trinta e seis centavos).

158. Não obstante, a Recuperanda afirma que o crédito deve ser majorado, incluindo-se a quantia de R\$ 7.279,69 (sete mil duzentos e setenta e nove reais e sessenta e nove centavos), e passando a constar na relação de credores, ao final, a importância total de R\$ 14.259,05 (quatorze mil duzentos e cinquenta e nove reais e cinco centavos).

159. À vista do exposto, após análise dos documentos apresentados pela Recuperanda, esta Administração Judicial acolhe o pedido de majoração do crédito listado em favor do credor GRI Koleta – Gerenciamento de resíduos Industriais S/A, de modo que passe a constar o valor de R\$ 14.259,05 (quatorze mil e duzentos e cinquenta e nove reais e cinco centavos), na classe dos créditos quirografários (classe III).

IV.2.e Da majoração do crédito da sociedade IPeoleo Comércio de Combustíveis EIRELI

160. Em relação ao credor Ipeoleo Comércio de Combustíveis EIRELI, constata-se que na lista de credores apresentada pela Recuperanda, às fls. 460-472 dos autos, a referida sociedade empresária foi listada na classe dos credores quirografários (classe III), como detentora de créditos que perfazem o total de R\$ 186.371,83 (cento e oitenta e seis mil trezentos e setenta e um reais e oitenta e três centavos).

161. A despeito da quantia listada às fls. 460-472, a Recuperanda informou reconhecer que o crédito deve ser majorado, na importância de R\$ 59.553,17 (cinquenta e nove mil quinhentos e cinquenta e três reais e dezessete centavos), passando a constar na relação de credores o valor de R\$ 245.925,00 (duzentos e quarenta e cinco mil novecentos e vinte e cinco reais).

162. Desta forma, após análise dos documentos apresentados pela Recuperanda, esta Administração Judicial acolhe o pedido de majoração do crédito listado em favor do credor Ipeoleo Comércio de Combustíveis EIRELI, de modo que passe a constar o valor de R\$ 245.925,00 (duzentos e quarenta e cinco mil novecentos e vinte e cinco centavos), na classe dos créditos quirografários (classe III).

IV.2.f Da inclusão do credor Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros por Fretamento (“SINFREJ”)

163. Em relação ao credor SINFREJ, constata-se a sua ausência na lista de créditos apresentada pela Recuperanda, às fls. 460-472 dos autos.

164. Contudo, a Recuperanda comunicou a esse Administrador Judicial que a referida empresa possui crédito submetido a recuperação judicial, apresentando os respectivos documentos que corroboram o alegado.

165. Assim, este auxiliar do Juízo acolhe o pedido de inclusão do credor Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros por Fretamento na presente recuperação judicial, na classe dos credores quirografários (classe III), como detentora de créditos que perfazem o total R\$ 24.191,16 (vinte e quatro mil cento e noventa e um reais e dezesseis centavos).

IV.2.g Da substituição do credor Alfa Racing Competições

166. No que se refere a sociedade Alfa Racing Competições, listada na classe dos credores quirografários (classe III), pelo valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), a Recuperanda comunicou a esta Administração Judicial que houve equívoco quanto a classe na qual a mesma foi inserida, eis que se trata de empresa de pequeno porte.

167. Sob esse prisma, com base na documentação apresentada pela Recuperanda, esta Administração Judicial acolhe o pedido de substituição, de modo que o credor Alfa Racing Competições passe a constar na classe dos credores enquadrados como microempresa ou empresa de pequeno porte (classe IV), com seu crédito na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

IV.3 Classe IV – Créditos de ME e EPP

IV.3.a Da inclusão do credor Axen Informática Ltda. ME

168. Em relação ao credor Axen Informática Ltda. ME, infere-se a sua ausência da lista de créditos apresentada pela Recuperanda, às fls. 460-472 dos autos.

169. Contudo, a Recuperanda comunicou a esse Administrador Judicial que a referida empresa possui crédito submetido a recuperação judicial, apresentando os respectivos documentos que corroboram o alegado. Assim, este auxiliar do Juízo acolhe o pedido de inclusão do credor Axen Informática Ltda. ME na presente recuperação judicial, na classe dos credores enquadrados como ME e EPP (classe IV), como detentora de créditos que perfazem o total R\$ 141,16 (cento e quarenta e um reais e dezesseis centavos).

IV.3.b Da majoração do crédito da sociedade BR Leds Comércio e Serviço EIRELI

170. Em relação ao credor BR Leds Comércio e Serviço EIRELI, constata-se que na lista de credores apresentada pela Recuperanda, às fls. 460-472 dos autos, a referida sociedade empresária foi listada na classe IV, com um crédito na importância de R\$ 638,00 (seiscentos e trinta e oito reais).

171. A despeito da quantia listada às fls. 460-472, a Recuperanda informou reconhecer que o crédito deve ser majorado, na importância de R\$ 507,00 (quinhentos e sete reais), passando a constar na relação de credores o valor de R\$ 1.145,00 (um mil cento e quarenta e cinco reais).

172. Desta forma, após análise dos documentos apresentados pela Recuperanda, esta Administração Judicial acolhe o pedido de majoração do crédito listado em favor do credor BR Leds Comércio e Serviço EIRELI, de modo que passe a constar o valor de R\$ 1.145,00 (um mil cento e quarenta e cinco reais), na classe dos créditos de microempresa e empresa de pequeno porte (classe IV).

IV.3.c Da majoração do crédito da sociedade Cidade das Tintas Ltda.

173. Em relação ao credor Cidade das Tintas Ltda., constata-se que na lista de credores apresentada pela Recuperanda, às fls. 460-472 dos autos, a referida sociedade empresária foi listada como credora na classe IV, com um crédito na importância de R\$ 26.353,47 (vinte e seis mil trezentos e cinquenta e três reais e quarenta e sete centavos).

174. A despeito da quantia listada às fls. 460-472, a Recuperanda informou reconhecer que o crédito deve ser majorado, na importância de R\$ 4.308,23 (quatro mil trezentos e oito reais e vinte e três centavos), passando a constar na relação de credores o valor de R\$ 30.661,70 (trinta mil seiscentos e sessenta e um reais e setenta centavos).

175. À vista do exposto, após análise dos documentos apresentados pela Recuperanda esta Administração Judicial acolhe o pedido de majoração do crédito listado em favor de Cidade das Tintas Ltda., de modo que passe a constar o valor de R\$ 30.661,70 (trinta mil seiscentos e sessenta e um reais e setenta centavos), na classe dos créditos de microempresa e empresa de pequeno porte (classe IV).

IV.3.d Da inclusão do credor Ergomobile Móveis Ltda.

176. Em relação ao credor Ergomobile Móveis Ltda., constata-se a sua ausência na lista de credores apresentada pela Recuperanda, às fls. 460-472 dos autos.

177. Contudo, a Recuperanda comunicou a esse Administrador Judicial que a empresa possui crédito submetido à recuperação judicial.

178. Assim, este auxiliar do Juízo acolhe o pedido de inclusão do credor Ergomobile Móveis Ltda. na presente recuperação judicial, na classe dos credores enquadrados como ME e EPP (classe IV), como detentora de créditos que perfazem o total R\$ 1.830,00 (um mil oitocentos e trinta reais).

IV.3.e Da majoração do crédito da sociedade Sul Fluminense EIRELI

179. Em relação ao credor Sul Fluminense EIRELI, constata-se que na lista de credores apresentada pela Recuperanda, às fls. 460-472 dos autos, a referida sociedade empresária foi listada na classe IV, com um crédito na importância de R\$ 21.816,82 (vinte e um mil oitocentos e dezesseis reais e oitenta e dois centavos).

180. A despeito da quantia listada às fls. 460-472, a Recuperanda informou reconhecer que o crédito deve ser majorado, na importância de R\$ 7.510,00 (sete mil quinhentos e dez reais), passando a constar na relação de credores o valor de R\$ 29.326,82 (vinte e nove mil trezentos e vinte e seis reais e oitenta e dois centavos).

181. À vista do exposto, após análise dos documentos apresentados pela Recuperanda, esta Administração Judicial acolhe o pedido de majoração do crédito listado em favor de Sul Fluminense EIRELI de modo que passe a constar o valor de R\$ 29.326,82 (vinte e nove mil trezentos e vinte e seis reais e oitenta e dois centavos), na classe dos créditos de microempresa e empresa de pequeno porte (classe IV).

IV.3.f Da minoração do crédito da sociedade Almeida Pires Assessoria e Empreendimentos EIRELI

182. Da lista de créditos apresentada pela Recuperanda às fls. 460-472 dos autos, constata-se que a referida sociedade empresária foi regularmente listada na classe IV, como detentora de créditos que perfazem o total de R\$ 15.983,53 (quinze mil novecentos e oitenta e três reais e cinquenta e três centavos).

183. Contudo, a Recuperanda comunicou a essa Administração Judicial que recebera *e-mail* da referida credora, informando que o valor do seu crédito corresponde a R\$ 2.878,62 (dois mil oitocentos e setenta e oito reais e sessenta e dois centavos).
Veja-se:

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



RES: VALORES EM ABERTO - VIAÇÃO CIDADE DO AÇO



financeiro <financeiro@vidalclin.com.br>
Para ALICE MASSENSINI DE FREITAS

Olá Alice, bom dia!

Pedimos ainda que nos seja enviado as informações abaixo preenchidas:

Fornecedor: **Almeida Pires Assessoria e Empreendimentos Eireli.**

CNPJ: **27.133.327/0001-98**

É Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte: ☒ Sim ☐ Não

Email principal para futuros comunicados: financeiro@vidalclin.com.br

Valor total do débito em aberto, atualizado até 30/06/2021:

1691	R\$	2.878,62	11/12/2020	Em aberto
------	-----	----------	------------	-----------

Atualizado até a data e hoje dia: 26/07/2021 = R\$ 3.382,12.

Atenciosamente,

Alexsandra Rocha
Administrativo



VIDALCLIN VR

☎ (24)3026-1002 (24)3342-9332

✉ financeiro@vidalclin.com.br

www.vidalclin.com.br

Matriz - Volta Redonda | Endereço: Rua 2, nº 191, Conforto, Volta Redonda - RJ Cep. 27.263-450

Filial 1 - End. Rua Otávio Tarquino nº 410 SI 112 e 114, Bairro: Centro, Nova Iguaçu-RJ Cep. 26.215-342

Filial 2 - End. Rua Conde de Porto Alegre, nº 119, SI 504, - Cidade de Uba, Bairro Jardim 25 de agosto - Duque de Caxias-RJ Cep. 25.070-350

Antes de imprimir pense em seu compromisso com o Meio Ambiente.

184. Face ao exposto, este auxiliar do Juízo acolhe o pedido de minoração do crédito listado em favor da sociedade Almeida Pires Assessoria e Empreendimentos EIRELI, de modo que figure no valor total de R\$ 2.878,62 (dois mil oitocentos e setenta e oito reais e sessenta e dois centavos), na classe dos credores enquadrados como ME e EPP (classe IV).

IV.3.g Da exclusão do crédito da sociedade Sapiens Soluções Patrimoniais Informatizadas Ltda.

185. Em relação ao credor Sapiens Soluções Patrimoniais Informatizadas Ltda., constata-se que a referida sociedade empresária foi inscrita na classe IV, como detentora de um crédito na importância de R\$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais), decorrente de fornecimento de serviços.

186. Contudo, a Recuperanda comunicou a essa Administração Judicial que recebera e-mail da referida credora, informando que não há qualquer valor em aberto.
Veja-se:

De: rogerio.fim@sapienspatrimonial.com.br <rogerio.fim@sapienspatrimonial.com.br>
Enviado: terça-feira, 21 de setembro de 2021 09:47
Para: Andréa Curvello <andrea.curvello@cidadedoaco.com.br>
Cc: alfredo.eneas@sapienspatrimonial.com.br <alfredo.eneas@sapienspatrimonial.com.br>
Assunto: Re: Fwd: LAUDO AVALIAÇÃO IMÓVEL DE BARRA MANSA

Bom dia!
Não existe qualquer pendência conosco. Todos os serviços foram quitados.
Atenciosamente.
SAPIENS SOLUÇÕES PATRIMONIAIS
Rogério Fim
Dir. Executivo

Em 21/09/2021 09:36, Andréa Curvello escreveu:
Bom dia, Rogério.

Estamos fazendo uma circularização e gostaria de saber se a Cidade do Aço deixou de pagar alguma parcela da primeira reavaliação patrimonial para Sapiens?

Agradeço sua colaboração.

Att.,

187. Face ao exposto, este auxiliar do Juízo acolhe o pedido de exclusão do crédito listado em favor da sociedade Sapiens Soluções Patrimoniais Informatizadas Ltda., haja vista a devida quitação.

V. Da retificação da relação de credores (art. 7º, §2º, da LRF)

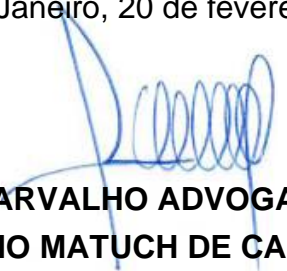
188. Como se verifica da lista apresentada pela Recuperanda nas fls. 460-472 dos autos, na forma preconizada no art. 51, III, da LRF, o passivo total sujeito aos efeitos da recuperação judicial foi apontado no valor de R\$ 31.384.824,29 (trinta e um milhões trezentos e oitenta e quatro mil oitocentos e vinte e quatro reais e vinte e nove centavos), com a seguinte composição: (i) classe dos credores trabalhistas (classe I), no valor de R\$ 6.073.308,78 (seis milhões setenta e três mil e trezentos e oito reais e setenta e oito centavos); (ii) classe dos credores quirografários (classe III), no valor de R\$ 24.398.636,05 (vinte e quatro milhões trezentos e noventa e oito mil seiscentos e trinta e seis reais e cinco centavos); e (iii) classe dos credores microempresas e empresas de pequeno porte (classe IV), no valor de R\$ 682.594,58 (seiscentos e oitenta e dois mil quinhentos e noventa e quatro reais e cinquenta e oito centavos).

189. Analisadas as habilitações e divergências apresentadas pelos credores, bem como todos os ajustes solicitados pela Recuperanda, amparados na respectiva documentação comprobatória, constata-se que houve uma redução percentual de 0,014% (zero vírgula zero quatorze por cento) do passivo concursal, decorrente do desconto da quantia de R\$ 4.560,10 (quatro mil quinhentos e sessenta reais e dez centavos), totalizando o valor de **R\$ 31.380.264,19 (trinta e um milhões, trezentos e oitenta mil, duzentos e sessenta e quatro reais e dezenove centavos)**, conforme Relação de Credores que segue abaixo.

190. Ante a todo o exposto, requer a Vossa Excelência se digne determinar à serventia que faça publicar o Edital previsto no art. 7º, § 2º, da LRF, concedendo assim à coletividade de credores a devida publicidade do ato, dando-se seguimento ao procedimento de consolidação do Quadro Geral de Credores da presente recuperação judicial.

191. Por oportuno, a sociedade empresária Recuperanda promoveu, tempestivamente, a apresentação de seu Plano de Recuperação Judicial, conforme se consta dos autos em fls. 577-629, motivo pelo qual se requer que o Edital acima mencionado reste publicado, de forma conjunta, contendo o aviso de recebimento do plano, na forma prevista pelo art. 55 da LRF, e assim atinja-se os fins devidos.

Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 2022.



MATUCH DE CARVALHO ADVOGADOS ASSOCIADOS
JULIO MATUCH DE CARVALHO
Administrador Judicial
OAB/RJ 98.885

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



TOTAL DE CRÉDITOS DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL		R\$ 31.380.264,19
TOTAL CLASSE I (TRABALHISTA)		R\$ 6.204.333,00
CREDOR	VALOR	
ABRAO DE SOUSA	R\$	6.923,36
ADALBERTO GARCIA MARCAL	R\$	19.024,52
ALEXANDRE OTAVIANO	R\$	34.237,20
ADAO DE CLACIO FURTADO	R\$	27.725,10
ADARK JOAO DE MARQUES	R\$	20.080,61
ADELMO SILVA DE ASSIS	R\$	33.884,86
ADENILO CAETANO CASSIANO	R\$	4.738,95
ADILSON DA SILVA GERMANO	R\$	25.273,82
ADILSON DE SOUZA	R\$	27.462,06
ADILSON NEVES DE ALMEIDA	R\$	4.314,00
ADRIANA MOTA VIEIRA	R\$	33.730,59
ADRIANO MARCULINO DE OLIVEIRA	R\$	4.928,41
AILSON FONSECA	R\$	19.239,01
AILTON ALVES	R\$	30.976,68
AIRES BASILIO MARQUES	R\$	5.829,88
ALBERT LIMA DOMINGOS	R\$	3.907,80
ALENCAR JOSE DA SILVA	R\$	4.897,88
ALESSANDRA APARECIDA SARAPIAO SENA	R\$	1.343,87
ALESSANDRO ALMEIDA SILVA	R\$	11.000,00
ALESSANDRO BATISTA DE SOUZA	R\$	5.026,58
ALESSANDRO CUNHA DE SOUZA	R\$	4.594,31
ALESSANDRO DE JESUS	R\$	4.632,14
ALESSANDRO LANDIM CAMILO	R\$	2.780,51
ALEX SANDRO APARECIDO MONTEIRO	R\$	4.681,35
ALEXANDRE CONCEICAO DE FARIA	R\$	4.945,30
ALEXANDRE DIAS DOS SANTOS	R\$	4.524,17
Alexandre Ferreira Damiao	R\$	121.628,85
ALEXANDRE OTAVIANO	R\$	22.824,80
ALEXANDRE ROBERTO DE OLIVEIRA	R\$	3.180,22
ALEXANDRE RODRIGUES DE OLIVEIRA	R\$	1.395,27
ALEXANDRE SALERMO JARDIM	R\$	2.177,23
ALEXSANDRO AQUILES FIALHO	R\$	3.053,03
ALLEXANDRE LUIS VASCONCELOS COUTO	R\$	2.194,25
ALVARO LUIZ STRAUB	R\$	4.309,49
AMARILDO PEREIRA DA ROCHA	R\$	19.003,67
AMAURI JOSE SOARES	R\$	4.395,40
ANA LUCIA DE ARAUJO PLACIDIO	R\$	33.513,90

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



ANA MEDEIROS DA SILVA	R\$ 3.221,24
ANDERSON CARLOS JARDIM DE OLIVEIRA	R\$ 4.879,92
ANDERSON CEZAR TEIXEIRA MARANHÃO	R\$ 1.395,27
ANDERSON JUNIOR DAS DORES FIRMINO	R\$ 3.294,75
ANDERSON MACHADO BARBOSA DE LIMA	R\$ 5.188,36
ANDERSON MATIAS LOPES	R\$ 3.093,27
ANDRE DE SOUZA FIDELIS	R\$ 36.451,03
ANDRE LUIS SILVA DOS SANTOS	R\$ 4.693,93
ANDRE LUIZ BENICIO SANTOS	R\$ 779,55
ANDRE LUIZ SILVA AGUIAR	R\$ 639,00
ANDREA DE SOUZA DUQUE	R\$ 2.646,49
ANGELO MARCIO GOMES	R\$ 478,38
ANIVALDE JOSE GONCALVES	R\$ 53.091,57
ANTONILDO RODRIGUES VIANA	R\$ 1.395,27
ANTONIO CARLOS DE SOUZA	R\$ 7.619,05
ANTONIO CARLOS MAZZONI CIDADE	R\$ 4.485,31
ANTONIO CARLOS RAMOS	R\$ 785,44
ANTONIO CESAR DE CARVALHO	R\$ 2.613,49
ANTONIO FERREIRA PEREIRA	R\$ 14.793,93
ANTONIO GENILSON LUCIANO FREIRE	R\$ 4.905,34
ANTONIO GERALDO FAUSTINO BATISTA	R\$ 22.549,64
ANTONIO MARCOS DE CARVALHO	R\$ 2.495,31
ANTONIO MARCOS VIEIRA DA SILVA	R\$ 7.970,47
APARECIDO ALMEIDA DE SOUZA	R\$ 4.600,04
ARIDES CARLOS	R\$ 3.229,53
ASSIS CESAR DOS SANTOS OLIVEIRA	R\$ 2.643,01
ATANILDE FELIX DOS SANTOS	R\$ 2.440,77
BEATRIZ DA CRUZ PEREIRA	R\$ 14.536,06
BENEDITO FABIANO RIBEIRO	R\$ 28.130,94
BENEDITO INACIO DA SILVA FILHO	R\$ 7.772,56
BRUNO SERGIO MIRANDA DA SILVA	R\$ 3.598,49
CAIO AUGUSTO FERREIRA ROCHA	R\$ 3.227,36
CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA	R\$ 145.289,48
CARLOS ALBERTO DE MACEDO	R\$ 2.626,78
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA	R\$ 1.395,27
CARLOS ALEXANDRE DA SILVA	R\$ 478,38
CARLOS EDUARDO SANTIAGO MARTINS LIMA	R\$ 721,54
Carlos Giovani de Azevedo Cruz	R\$ 24.924,75
CARLOS MAGNO DOS SANTOS	R\$ 4.609,45
CARLOS ROBERTO DA CRUZ	R\$ 19.891,13
CARLOS ROBERTO FREITAS VITORINO	R\$ 25.551,74
CARMEN LUCIA DE ASSIS	R\$ 8.997,58

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



CELMO DOS REIS	R\$ 4.823,75
CHARLES LOPES MELO	R\$ 5.055,01
CICERO FERNANDES PEREIRA	R\$ 4.406,49
CINTHIA MARCELLE DA COSTA ANDRADE	R\$ 11.008,15
CLAUDIO AUGUSTO DA SILVA	R\$ 10.845,00
CLAUDIO DE SOUZA	R\$ 67.583,73
CLAUDIO JACOBELLI	R\$ 1.655,78
CLAYTON LUIZ RAMOS	R\$ 19.411,93
CLEBER MATIAS LOPES	R\$ 1.936,34
CLEMILDO DA SILVEIRA	R\$ 33.872,69
CONCEICAO APARECIDA VELOSO DE ALMEIDA	R\$ 1.468,96
CONCEICAO DANTAS DE ARRUDA	R\$ 2.137,80
CRISTIANA CONCEICAO	R\$ 2.002,97
CRISTIANO DE OLIVEIRA CUNHA	R\$ 721,54
DALIZIO ANTONIO REZENDE COSTA	R\$ 3.111,87
DANIEL DOS REIS SILVA	R\$ 2.577,25
DANIEL ROCHA NOGUEIRA	R\$ 69,66
DANIEL SILVA CRUZ	R\$ 32.356,95
DANILO JOSÉ PINTO GONÇALVES	R\$ 38.920,45
DEBORA LIGIA XAVIER	R\$ 8.826,99
DEMETRIUS ALESSANDRO DE MELLO	R\$ 24.979,18
DENISE ROCHA DE ALMEIDA BATISTA	R\$ 3.361,43
DEA DE SOUZA	R\$ 10.019,08
DEUCY BARBOSA DA SILVA	R\$ 3.937,57
DIEGO CORREA DOS SANTOS	R\$ 2.455,01
DIEGO VIEIRA DE OLIVEIRA	R\$ 19.762,48
DIOGO DOS SANTOS BERNARDO	R\$ 35.888,81
DIRCEU DA SILVA	R\$ 7.738,25
DIVILANE DIAS GENEROSO	R\$ 2.395,10
DJALMA VIEIRA DIAS	R\$ 15.653,56
DOUGLAS PEREIRA VIANA DE SA	R\$ 5.267,57
DULCENEIA DE FATIMA CARDOSO PEREIRA	R\$ 253,81
EDCARLOS SOUZA DO CARMO	R\$ 4.435,09
EDERSON URBANO	R\$ 1.425,16
EDIMAR NUNES GASPAR	R\$ 10.504,17
EDIVAL ALVES SILVA	R\$ 4.462,18
EDMIR SILVA LEITE	R\$ 90.815,43
EDNA FRANCISCA FERREIRA DA SILVA	R\$ 765,70
EDNALDO LUCIANO DOS SANTOS	R\$ 2.698,79
EDNEI DA SILVA CHAVES	R\$ 3.450,36
EDSON DA SILVA CORREA	R\$ 28.191,02
EDSON DE SOUZA PINTO	R\$ 24.500,38

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



EDSON PEREIRA DOS SANTOS FILHO	R\$ 3.207,91
EDVALDO SOARES SEBASTIAO	R\$ 20.890,08
ELAINE LOPES DE ARAUJO	R\$ 16.978,55
ELAISE ROSANA DOS SANTOS SILVA	R\$ 2.375,61
ELEN ROSANA DA SILVA	R\$ 4.400,20
ELIAS DIAS SILVA	R\$ 3.871,35
ELISANGELA DE ALMEIDA MALTA DA CONCEIÇÃO	R\$ 5.333,28
ELISANGELA DE OLIVEIRA PRADO	R\$ 20.838,60
ELISEU LUIZ BATISTA	R\$ 5.129,87
ELISON PEREIRA IZIDORO	R\$ 1.395,27
ELSON CORDEIRO ALVES	R\$ 4.913,87
EMANOEL RAMOS BATISTA GIL	R\$ 16.615,57
EMERSON DOS SANTOS MARQUES	R\$ 1.395,27
ENEAS GABRIEL DA SILVA	R\$ 4.607,78
ENILSON MANOEL DUARTE	R\$ 4.631,32
ESMAEL FERREIRA	R\$ 1.395,27
EUZEBIO SANTOS DA SILVA	R\$ 22.834,64
FABIANO FREITAS SILVA	R\$ 1.395,27
FABIANO MONTOVANE DA SILVA	R\$ 4.629,52
FABIO BATISTA DE SOUZA	R\$ 4.904,25
FABIO JORGE DA SILVA	R\$ 27.270,60
FABIO JUNIOR LEANDRO DE OLIVEIRA	R\$ 27.511,38
FABIO SALGADO DA SILVA	R\$ 2.303,96
FELIPE ALVES DE SOUSA	R\$ 5.145,38
FELIPE JORGE MENEZES	R\$ 639,00
FELIPE SAULO LIMA DE SOUZA	R\$ 4.983,44
FERNANDO ANTONIO DE LIMA RUI	R\$ 4.911,91
FERNANDO JOSE BARBOSA DE OLIVEIRA	R\$ 117.488,16
FERNANDO RODRIGUES CARNEIRO	R\$ 4.941,19
FERNANDO SANTOS DE SOUZA	R\$ 4.064,23
FLAVIANO CARLOS DOS SANTOS	R\$ 1.395,27
FLAVIO DA SILVA BERNARDO	R\$ 5.831,13
FLAVIO FRANCISCO DA SILVA TARCIZO	R\$ 4.739,07
FLAVIO LUIS DA COSTA	R\$ 2.081,66
FLAVIO RICARDO	R\$ 5.064,09
FRANCISCO JOSE TADEU DO NASCIMENTO	R\$ 47.379,83
FREDERICO JESUS OLEGARIO	R\$ 18.776,64
GABRIEL AUGUSTO SOARES	R\$ 69,66
GABRIEL RICARDO PEREIRA GOMES VIANA	R\$ 69,66
GENEILSON DE OLIVEIRA NASCIMENTO	R\$ 18.607,32
GEORGE SIDNEI TEIXEIRA DE ANDRADE JUNIOR	R\$ 2.923,28
GERALDO ANTUNES DE SOUZA REIS	R\$ 4.415,66

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



GERALDO CAMILO ROCHA	R\$ 1.395,27
GESSY CORREA DE MEIRELES	R\$ 14.400,74
GIDEAO RODRIGUES DOS REIS	R\$ 4.717,79
GILCELENO XAVIER DE SENA	R\$ 39.746,84
GILVANA LOPES DE OLIVEIRA	R\$ 639,00
GIULIARTE DE JESUS DIAS	R\$ 4.968,65
GIVALDO BARBOSA DE LIMA	R\$ 1.142,67
GUILHERME AFONSO DE SOUZA	R\$ 1.395,27
HAROLDO BOLZAN	R\$ 4.583,55
HELIO PEREIRA DOS SANTOS	R\$ 2.276,67
HELIO SOARES DE ARANTES	R\$ 3.768,63
HENRIQUE DANTAS GONCALVES	R\$ 19,94
HERCULES MACHADO E SILVA	R\$ 253.364,40
HORDALIA DA CONCEICAO DONIZETE	R\$ 639,00
ILIDIO VIANA DE SA JUNIOR	R\$ 3.449,35
ISAIAS DOMINGUES	R\$ 3.464,83
ISRAEL DA SILVA RAMOS	R\$ 18.582,66
IVAIR BORGES	R\$ 4.879,87
IVAN SANTOS MOURA	R\$ 11.452,13
IZABEL CRISTINA APOLINARIO NOGUEIRA	R\$ 2.393,86
JACIR FRANCISCO	R\$ 1.583,95
JAIR DA GAMA	R\$ 3.973,65
JAMIR RANIERY CAETANO DA SILVA	R\$ 4.502,82
JANAINA DA SILVA SEBASTIAO CORREIA	R\$ 8.971,68
JANETE DE FATIMA ARAUJO MATIAS	R\$ 721,54
JEFERSON RODRIGUES LEITE	R\$ 69,66
JOAO AUGUSTO DE OLIVEIRA BALBINO	R\$ 7.485,83
JOAO BRITO FIUZA	R\$ 4.524,63
JOAO PAULO DA SILVA	R\$ 4.057,79
JOAO PAULO LIMA	R\$ 25.000,00
JOCENIAS GONCALVES DA SILVA	R\$ 5.909,74
JOEL AUGUSTO DA SILVA	R\$ 36.014,00
JOEL FERNANDES RODRIGUES	R\$ 494.498,92
JOELSON DE SOUZA PEREIRA	R\$ 626,70
JONATHAN RIBEIRO DE ANDRADE ALVES	R\$ 1.395,27
JORDANE CARDOSO FERREIRA	R\$ 2.221,79
JORGE DE SOUZA ARAUJO	R\$ 22.201,70
JORGE LUIZ DE OLIVEIRA	R\$ 3.310,75
JORGE LUIZ FRANCISCO	R\$ 2.549,05
JORGENEI DA CONCEICAO BARCELOS	R\$ 38.828,83
JOSE ADILSON DA CUNHA	R\$ 38.910,46
JOSE ANTONIO ALVES FILHO	R\$ 55.837,85

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



JOSE ANTONIO DE JESUS	R\$ 3.877,48
JOSE ARNALDO DA COSTA FEITOZA	R\$ 1.395,27
JOSE BARBOSA SIMOES FERREIRA	R\$ 4.564,55
JOSE CARLOS BARBOSA	R\$ 41.044,17
JOSE CARLOS BELMONTE	R\$ 4.796,10
JOSE CARLOS MARTINS	R\$ 55.094,58
JOSE DE CARVALHO	R\$ 4.484,59
JOSE DOS PASSOS SILVA	R\$ 1.395,27
JOSE DOS SANTOS TEIXEIRA	R\$ 765,70
JOSE GILBERTO LINO	R\$ 40.770,85
JOSE HENRIQUE GOMES DA SILVA	R\$ 4.459,61
JOSE JORGE DA SILVA	R\$ 5.080,68
JOSE LUIZ VIANA JUNIOR	R\$ 4.499,61
JOSE MACHADO BULADO	R\$ 4.839,44
JOSE MAURICIO LEITE	R\$ 41.591,12
JOSE PAULO BRAGA	R\$ 6.293,49
JOSE PAULO VIEIRA DE BARROS	R\$ 226,29
JOSE RAIMUNDO MANOEL	R\$ 2.686,15
JOSE REIS ROCHA ANTONIO	R\$ 1.395,27
JOSE RENE ESTOCRA	R\$ 5.263,18
JOSE RICARDO DE CARVALHO	R\$ 4.390,73
JOSE SERGIO DE CARVALHO REIS	R\$ 2.983,10
JOSELITO ANACLETO CORREA	R\$ 10.774,56
JOSIANE SILVA COSTA	R\$ 865,13
JOSIEL REIS SANTA RITA	R\$ 3.554,57
JOSIMAR DAS NEVES	R\$ 5.197,99
JOVACY DA SILVA VALADARES	R\$ 27.194,97
JULIO CESAR DOS SANTOS DA SILVA	R\$ 4.775,16
JUVENAL GUIMARAES DE SOUZA	R\$ 3.821,11
LARISSA DE JESUS LOURENCO	R\$ 23.202,77
LAUDACI GOIS DA SILVA	R\$ 721,54
LEANDRO AFONSO PEREIRA	R\$ 4.504,76
LEANDRO CLEBER DA SILVA	R\$ 3.855,70
LEANDRO COSME RIBEIRO GERMANO	R\$ 4.827,65
LEANDRO JASMIM DE SOUZA	R\$ 4.913,54
LEANDRO MARCONDES DE OLIVEIRA	R\$ 12.294,76
LEANDRO TAVARES BARBOSA	R\$ 530,27
LEIDIANE ALVES LEAL PEREIRA	R\$ 1.461,49
LEONARDO BORRET GARCIA	R\$ 20.000,00
LEONILDO FRANCISCO LUIZ	R\$ 13.028,01
LINDEMBERG BARBOSA SIMEAO	R\$ 3.494,14
LORDES STEFANI DE ARAUJO GOMES	R\$ 20.835,91

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



LOURIVAL DE OLIVEIRA BENTO	R\$ 37.770,51
LUAN VIANA RAMOS	R\$ 4.515,04
LUANA CRISTINA MARTINS DA SILVA	R\$ 18.000,00
LUCAS MARCELO RIBEIRO	R\$ 11.231,02
LUCAS RODRIGUES RELVAS DE MELLO	R\$ 639,00
LUCI LEAL DA SILVA	R\$ 11.429,38
LUCIANO MICHELLY TEIXEIRA	R\$ 24.963,01
LUCIANO RIBEIRO	R\$ 24.678,68
LUIS ALBERTO ROSA	R\$ 4.302,94
LUIS FELIPE BERNARDO SILVA	R\$ 5.640,53
LUIS FERNANDO DA SILVA CARNEIRO	R\$ 2.179,69
LUIS HENRIQUE DE PAULA	R\$ 881,09
LUIZ HENRIQUE ARRUDA	R\$ 6.379,22
LUIZ HENRIQUE DAMASIO	R\$ 5.266,70
LUSELMA RAMOS BARBOSA	R\$ 2.628,24
MANUEL REINALDO FERREIRA	R\$ 5.180,73
MARCELLA MADALENA DIAS	R\$ 1.833,50
MARCELO ALVES LEOCADIO	R\$ 32.968,21
MARCELO BATISTA	R\$ 2.521,66
MARCELO DA PAIXAO NASCIMENTO	R\$ 3.651,67
MARCELO DIAS DE AMORIM	R\$ 6.308,84
MARCELO DOS SANTOS PAMPLONA	R\$ 2.695,36
MARCIA EUGENIA DO CARMO AYRES	R\$ 9.647,40
MARCIA MARIA RODRIGUES	R\$ 14.874,15
MARCIO ANTUNES DA SILVA	R\$ 3.743,72
MARCIO LUIZ ALVES DE SALES DE PAULA	R\$ 2.148,98
MARCITA CRISTINA DE ANDRADE	R\$ 2.717,35
MARCO ANTONIO CANUTO	R\$ 31.099,70
MARCOS ANTONIO DOS SANTOS	R\$ 4.553,49
MARCOS ANTONIO DOS SANTOS	R\$ 4.095,08
MARCOS DOS SANTOS GONÇALVES	R\$ 23.000,00
MARCOS LUIS DA SILVA	R\$ 3.691,96
MARCOS WAGNER DOS SANTOS TAVARES	R\$ 4.823,46
MARIA APARECIDA APOLINARIO	R\$ 15.000,00
MARIA APARECIDA APRIGIO DAS CHAGAS	R\$ 17.431,26
MARIA AUGUSTA ROSA RODRIGUES	R\$ 721,54
MARIA CELIA DE PAIVA	R\$ 2.360,27
MARIA CRISTINA SELVANI	R\$ 76.230,08
MARIA DA CONCEICAO PERPETUA DA SILVA	R\$ 7.903,54
MARIA DE FATIMA DANTAS DA ROCHA	R\$ 13.036,95
MARIA DO CARMO NASCIMENTO BONFIM	R\$ 29.170,15
MARIA IZABEL FONSECA MACHADO	R\$ 2.690,97

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



MARIA LUCIA SANTINO DOS SANTOS	R\$ 1.940,11
MARIA MARGARIDA DA SILVA JORGE	R\$ 690,19
MARIA MARTA SILVA	R\$ 10.587,12
MARIA PATRICIA BENEDITO	R\$ 11.516,58
MARIA RAQUEL BARBOSA INACIO DA SILVA	R\$ 865,13
MARIA TEREZA ROSA DE SIQUEIRA	R\$ 11.247,49
MARILIA VELOZO	R\$ 2.155,41
MARILZA VELOZO	R\$ 2.845,39
MARTA DINIZ DA SILVA	R\$ 2.434,74
MATEUS FERREIRA FARINELI	R\$ 9.138,21
MAURICEA ALVES DE SOUZA	R\$ 19.333,82
MAURO ANTONIO DE SOUZA	R\$ 1.395,27
MAURO CARVALHO DE SOUZA	R\$ 4.971,27
MAURO JOSE DA CUNHA	R\$ 4.827,05
MICHEL CRISTIAN DAS GRACAS	R\$ 2.250,21
MICHELLE RODRIGUES DE ALMEIDA CARVALHO	R\$ 5.123,61
MILSON RAMOS APOLINARIO	R\$ 2.346,09
MILTON REZENDE DA SILVA	R\$ 2.642,99
NALTO TEIXEIRA	R\$ 911,14
NATALICIO DO AMARAL DE BONA	R\$ 68.711,43
NEIDE DE SOUZA	R\$ 14.268,26
NELSON XAVIER DA SILVA	R\$ 4.711,76
NICOLAS RICARDO VIANA CUSTODIO	R\$ 69,66
NILO SERGIO ANTUNES DA SILVA	R\$ 4.838,86
NILSON NOBREGA DE CARVALHO	R\$ 779,55
NILTON CESAR DE OLIVEIRA	R\$ 4.124,56
NILZA DA SILVA PEREIRA	R\$ 3.781,07
NOEL DO NASCIMENTO	R\$ 18.624,70
ODAIR JOSE MARTINS	R\$ 1.029,96
OSVALDIR PAULO DE SOUZA	R\$ 14.992,54
PABLO MORAIS ROCHA ANTONIO	R\$ 69,66
PATRICIA DOS SANTOS DUQUE	R\$ 14.326,15
PATRICK DO CARMO DA CRUZ	R\$ 2.185,19
PAULO CESAR CHAVES DE ALMEIDA	R\$ 3.092,85
PAULO CESAR CHAVES JUNIOR	R\$ 1.301,36
PAULO JOSE ROCHA	R\$ 4.663,42
PAULO ROBERTO DE JESUS	R\$ 254,75
PAULO RODRIGUES DE FREITAS	R\$ 9.000,00
PAULO SERGIO DA SILVA	R\$ 25.376,62
PEDRO AGUINALDO RIBEIRO	R\$ 4.780,58
PRISCILA DE CARVALHO ALVARENGA	R\$ 759,84
RAFAEL DE ALMEIDA NOGUEIRA	R\$ 1.395,27

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



RAFAEL MARTINS DA SILVA	R\$ 19.301,62
RAFAELA CUSTODIO DA SILVA	R\$ 779,78
REGINALDO RIBEIRO DA CRUZ	R\$ 2.970,96
REJANE MANHAES DA CONCEICAO	R\$ 2.208,17
RENAN JOSE BASILIO	R\$ 4.118,00
RENATO SILVA JORDAO DE SOUZA	R\$ 28.000,00
RICARDO DE OLIVEIRA TOLEDO	R\$ 4.594,17
RICARDO DOS REIS PAULO	R\$ 1.395,27
RICARDO JABER	R\$ 1.395,27
RITA DE CASSIA RODRIGUES DO NASCIMENTO	R\$ 64.603,14
RODRIGO ALVES ARISTIDES	R\$ 1.395,27
RODRIGO DE JESUS SANTOS	R\$ 1.395,27
RODRIGO DE SOUZA SOARES	R\$ 765,70
ROGER SALERMO LANDIM	R\$ 69,66
ROMULO COSTA PEREIRA	R\$ 2.998,54
RONALD ALEXANDRE DANIEL GARCIA	R\$ 69,66
RONALDO DA SILVA	R\$ 1.289,63
RONALDO SILVA LAMON	R\$ 4.480,63
RONAN THIAGO CARVALHO DA CUNHA	R\$ 2.859,87
RONEY DE OLIVEIRA TELLES	R\$ 1.395,27
RONIELI JESUS DE OLIVEIRA PENA	R\$ 4.916,96
ROSA ANDRADE DA CONCEICAO SOUZA	R\$ 8.417,25
ROSANA ALCINDO DOS SANTOS	R\$ 6.402,00
ROSIEL LEAL EDUARDO	R\$ 4.350,90
SAULO APARECIDO MENDES MIGUEL	R\$ 3.142,71
SEBASTIAO ALBINO JUNIOR	R\$ 4.251,35
SEBASTIAO ANTONIO DE MORAIS	R\$ 1.395,27
SEBASTIAO BARROS JUNIOR	R\$ 721,54
SEBASTIAO FELICIANO MOREIRA	R\$ 3.299,06
SEBASTIAO FRANCISCO DOS SANTOS	R\$ 4.977,88
SEBASTIAO RIBEIRO DO NASCIMENTO	R\$ 2.876,58
SERGIO ANTONIO RESENDE	R\$ 5.229,47
SERGIO APOLINARIO	R\$ 4.534,06
SERGIO BELAN CORREA	R\$ 1.395,27
SERGIO FERREIRA DIAS	R\$ 17.938,32
SERGIO GRUN	R\$ 1.395,27
SERGIO JOSE JORGE DE LIMA	R\$ 1.395,27
SERGIO RAMOS MONSORES	R\$ 4.885,25
SILAS FERREIRA MACIEL	R\$ 4.836,76
SILVIO JESUS LEMES	R\$ 2.192,80
STIBRANY ANATASIO BERLIM CAMELO	R\$ 478,38
SUELI APARECIDA DE MENDONCA	R\$ 4.137,83

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



TAMIRES APARECIDA MOREIRA	R\$ 6.000,00
TATIANE DE SOUZA	R\$ 20.374,21
THIAGO DA SILVA NARTINS TOLEDO	R\$ 3.668,80
TIAGO ALVARO DA SILVA	R\$ 1.983,16
UEKISLEY ANDRADE DE ALMEIDA	R\$ 5.138,63
UILSON OLIMPIO	R\$ 2.704,51
VAGNER DE OLIVEIRA BRAGA	R\$ 5.110,19
VAGNER GOMES DA SILVA	R\$ 3.771,29
VALCINEY DE OLIVEIRA BRAGA	R\$ 1.395,27
VALDENIR DE ALENCAR	R\$ 1.395,27
VERA LUCIA DA SILVA ARAUJO	R\$ 2.208,76
VICTOR ALBEIRICE DA ROCHA SOUSA	R\$ 4.616,79
VINICIUS CANDIDO CUSTODIO	R\$ 253,81
VINICIUS CARLOS DESLANDES	R\$ 8.630,34
VITORIANO MODESTO CONDE LAMAZARES FILHO	R\$ 4.361,62
VIVIANE GLORIA OLIVEIRA DE SOUZA	R\$ 639,00
WAGNER ALVES REMORINI	R\$ 5.201,28
WAGNER CLEMENTINO SILVARES	R\$ 15.898,91
WAGNER DE PAULA SIMAO	R\$ 30.150,94
WAGNER LUIZ NASCIMENTO	R\$ 478,38
WAGNER NISTALDO PEREIRA	R\$ 4.740,47
WALFRIDO FURTADO JUSTINIANO	R\$ 4.738,62
WALLACE CORREA DOS SANTOS	R\$ 1.886,20
WALLAN VENANCIO LEITE	R\$ 765,70
WALTER GONZAGA MENDES	R\$ 32.441,59
WANDER CLEMENTINO SILVARES	R\$ 7.250,91
WANDERSON LOPES DE MORAIS	R\$ 6.714,64
WELLIGTON AZEVEDO VAZ	R\$ 1.395,27
WELLINGTON DE OLIVEIRA SOUSA	R\$ 765,70
WELLINGTON SALES DE SOUZA	R\$ 1.176,69
WESLEY JULIATI DE ABREU	R\$ 4.696,78
ZELEI ALESSANDRO COSTA RAMOS	R\$ 3.721,46
ADALTO GABRIG	R\$ 5.452,37
ADRIANA FERNANDES SOARES	R\$ 19.116,34
ADRIANO BASILIO MARQUES	R\$ 9.680,12
AIDA DOS SANTOS GALVAO	R\$ 218,83
ALAN CHRISTOVAO DIAS DOS SANTOS OLIVEIRA	R\$ 4.955,21
ALBA VALERIA CALEGARI SOUZA MEIGAS	R\$ 969,73
ALESSANDRO TRINDADE ALVES	R\$ 478,38
ALEX DE SOUZA ARAUJO	R\$ 3.796,34
ALEXANDER DURVAL VICTER	R\$ 1.395,27
ALEXANDRE AUGUSTO DE SOUZA SANTIAGO	R\$ 36.666,63

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



ALEXANDRE OLIVEIRA DE TOLEDO	R\$ 3.261,29
ALTAIR SALOTO AREAS	R\$ 1.395,27
AMANDA DE FATIMA CARDOSO DE PAULA CARVALHO	R\$ 146,58
AMANDA PRISCILA ROCHA TOME DA SILVA	R\$ 278,50
ANA LUCIA DE ALMEIDA	R\$ 3.847,19
ANDERSON GONCALVES DOS SANTOS	R\$ 6.275,96
ANDERSON RODRIGUES DE ASSUNÇÃO	R\$ 5.088,93
ANDERSON SALES DO NASCIMENTO	R\$ 1.625,50
ANDRE DE PAIVA	R\$ 2.290,45
ANDRE DOS SANTOS VEIGA	R\$ 8.804,34
ANDRE LUIS DA SILVA	R\$ 3.993,73
ANDRE LUIS NEVES DE MATOS	R\$ 2.614,81
ANDRE SOUZA GOUVEA	R\$ 1.233,46
ANILSON LUIZ DE MIRANDA	R\$ 4.331,97
ANTONIO CARLOS FURTUOSO	R\$ 1.395,27
ANTONIO ELISIO BRAGA CHAVES LEMOS	R\$ 1.395,27
ANTONIO MARCOS DE JESUS	R\$ 5.080,59
ATILA COSTA DE SOUZA	R\$ 3.143,27
BRUNO OSORIO DOS SANTOS	R\$ 2.459,93
CACILENE ARAUJO CAIRES	R\$ 639,00
CAMILLE LOPES DA COSTA SILVA	R\$ 218,83
CARLOS ANTONIO MOTA	R\$ 5.151,01
CARLOS MAGNO DIONIZIO MARQUES	R\$ 2.616,92
CARLOS MESSIAS GOMES	R\$ 1.289,63
CARLOS ROBERTO CRUZ CERQUEIRA	R\$ 478,38
CELSO DE SEIXAS	R\$ 16.835,53
CRISTIANE PERES DE OLIVEIRA	R\$ 5.681,34
CRISTIANO RANGEL DA SILVA	R\$ 721,54
DANIELE GOMES DOS SANTOS	R\$ 2.847,05
DAVID FLAVIO DE OLIVEIRA JUNIOR	R\$ 18.272,25
DEBORA DUARTE VARGAS	R\$ 1.434,78
DEREK HAUANA CAMPOS ALVES	R\$ 8.850,74
EDNEI PINHEIRO	R\$ 478,38
EDNILSON ALVES DE SOUZA	R\$ 4.558,30
ELAINE ALVES LUIZ	R\$ 9.695,21
ELIANA LYRA MONTES	R\$ 11.896,60
ELIANE DA SILVA	R\$ 639,00
ELISANGELA GERALDA DE FREITAS	R\$ 2.699,05
EMERSON HUMMEL MENDONCA	R\$ 3.231,63
ERICA RESTIER DE CARVALHO	R\$ 4.849,22
ERNANI MARTINS TAVARES	R\$ 3.487,46
ESTEICIANE DA SILVA RIBEIRO	R\$ 218,83

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



EVANICE MONICA LEAL DE OLIVEIRA	R\$ 2.444,51
FABIO FRANCISCO DA COSTA	R\$ 5.235,30
FABIO JUNIOR	R\$ 3.352,59
FATIMA TAYNA NETTO DA SILVA FERREIRA	R\$ 3.392,46
FELIPE DE OLIVEIRA SANTOS	R\$ 2.205,60
FLAVIA MARCIA GOMES	R\$ 253,81
FRANCIELE DE JESUS CLEMENTE	R\$ 779,78
FRANCIELLE CARDOSO DE OLIVEIRA	R\$ 273,22
FRANCISCO BEZERRA FILHO	R\$ 3.617,30
FRANCISCO CARLOS AFONSO	R\$ 360,16
FRANCISCO SA DA ROCHA	R\$ 5.140,20
GABRIELE AVELINO DE SOUZA	R\$ 1.653,16
GABRIELLA VITORIA BRITO DA SILVA	R\$ 278,50
GILDENEI GERACINA BARBOSA	R\$ 2.799,49
GLEIDSON BRUNO DA SILVA AQUINO	R\$ 2.577,30
GUSTAVO LUCAS FREITAS	R\$ 1.040,61
HELOISA SERRA DE MELLO	R\$ 779,78
HELYELTON DE ALMEIDA FREITAS	R\$ 2.630,59
HERCULES SILVA VIDAL	R\$ 4.004,52
ILMA APARECIDA DE OLIVEIRA ROQUE	R\$ 4.661,37
ISABELA MARQUES MACIEL	R\$ 2.324,09
ISRAEL ARCANJO DE OLIVEIRA	R\$ 2.643,28
ISRAEL DE PAULA RODRIGUES	R\$ 4.854,22
IVAN CARLOS ROQUE DOS SANTOS	R\$ 29.137,71
JANAINA DA CONCEICAO OLIVEIRA DOS SANTOS	R\$ 3.801,91
JEFFERSON LUCIO	R\$ 3.102,24
JESSYER FERNANDES DOS SANTOS	R\$ 3.871,28
JHONATA MONTOVANA DA SILVA	R\$ 6.929,39
JHONATAN MARTINS DE SOUZA	R\$ 6.923,61
JORGE LUIZ MARQUES SILVA	R\$ 4.771,84
JORGE MARCOS DA CONCEICAO BARCELO	R\$ 10.976,44
JOSE ANTONIO DO NASCIMENTO	R\$ 911,14
JOSE CARLOS DA CRUZ	R\$ 1.178,79
JOSE CARLOS DE SOUZA MOREIRA	R\$ 50.677,46
JOSE DE CASSIO VIEIRA	R\$ 8.873,39
JOSE NILSON DE ANDRADE	R\$ 8.146,86
JOSIVANE SILVERIO DE SOUZA	R\$ 12.373,27
JOVANE ARRUDA DE CARVALHO	R\$ 38.948,26
JULIANA ROSA DA SILVA	R\$ 218,83
KEILA VITORIA DE NOVAIS	R\$ 2.645,26
KLEBER ELCIO OLIVIO	R\$ 37.039,33
LAIS ALVES DE SOUZA ALMEIDA OLIVEIRA	R\$ 779,78

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



LARISSA CALEGARI SOUZA MEIGAS	R\$ 2.120,21
LETICIA LACALVIA CANDIDO	R\$ 779,78
LIGIA PEREIRA GONCALVES	R\$ 94.351,81
LIVIA APARECIDA SOARES DA SILVA	R\$ 218,83
LUCAS ANDRE SILVA DOS SANTOS	R\$ 3.987,70
LUCIANE APARECIDA DOS SANTOS MASSE	R\$ 2.269,94
LUCIENE RIBEIRO ADAO DE SOUZA	R\$ 2.682,96
LUIZ ALVES DE OLIVEIRA NETO	R\$ 2.196,28
LUIZ EMIDIO BRAGA	R\$ 51.758,63
LUIZ FERNANDO DE PAULA	R\$ 4.941,79
LUIZ FERNANDO PINHEIRO	R\$ 3.938,14
LUZIMAR FERNANDES DA SILVA	R\$ 14.343,33
MARCELO LOURENCO DE OLIVEIRA	R\$ 4.116,57
MARCO AURELIO GONCALVES SILVA	R\$ 4.814,33
MARCOS ANTONIO FELIX DA SILVA	R\$ 5.301,44
MARCOS PAULO FORASTIERI CHAGAS	R\$ 38.718,85
MARIA DAS DORES MARTINS DE LIMA	R\$ 1.289,80
MARIA FERNANDA DE SOUZA SARTORI	R\$ 218,83
MARIA PEREIRA SIQUEIRA	R\$ 6.419,48
MARIA SEBASTIANA CARVALHO	R\$ 7.628,57
MARIA ZILDA MIRANDA DOS SANTOS	R\$ 5.426,08
MARIANA DA SILVA MOREIRA	R\$ 4.127,58
MARIANA DE ALMEIDA MOURA	R\$ 218,83
MARINARA DE OLIVEIRA DA SILVA	R\$ 526,50
MARLON VENANCIO DA SILVA CONCEICAO	R\$ 2.601,77
MATHEUS FELIPE DOS SANTOS LEITE	R\$ 639,00
MAURO DA SILVA ALMEIDA	R\$ 4.437,88
MAYARA VEIGA NASCIMENTO	R\$ 2.620,21
MAYCON CESAR FAJARDO DE ABREU	R\$ 779,55
MEIRYELEN APARECIDA DA SILVA OVIDIO	R\$ 779,78
NATANAEL MARCELINO	R\$ 3.706,96
NORMA SACCHI DE SOUZA	R\$ 16.338,70
OSNI SEBASTIAO BARBOSA DA SILVA JUNIOR	R\$ 3.882,87
PATRICIA CARLOS OLIMPIO	R\$ 18.666,62
PAULO CESAR DA SILVA	R\$ 1.395,27
PAULO CESAR VENTURA	R\$ 23.313,98
PAULO HENRIQUE DA SILVA MACHADO	R\$ 2.732,68
PAULO HENRIQUE MACHADO	R\$ 69,66
PAULO HENRIQUE PEREIRA SILVA	R\$ 69,66
RAFAEL DE OLIVEIRA GOTTAS	R\$ 44.560,37
RAPHAEL FELICIANO GARCIA	R\$ 478,38
RAQUEL DE ALMEIDA DUQUE FIETO	R\$ 7.691,27

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



REGINALDO COSTA QUEIROS	R\$ 11.217,25
REJANE ALVES	R\$ 13.796,53
RENAN ALVES CANTARINO	R\$ 4.485,95
RICARDO MACEDO DE OLIVEIRA	R\$ 18.264,68
RICARDO ROMANO DA SILVA	R\$ 2.783,35
ROBENICE RODRIGUES RIBAS	R\$ 2.348,75
RODOLFO MORAES DA SILVA	R\$ 4.265,42
RODRIGO BOTELHO TENORIO DA SILVA	R\$ 12.193,99
RODRIGO DE SOUZA VIEIRA CORREA	R\$ 4.174,05
RODRIGO MATTOS CHIESSE	R\$ 11.437,13
RODRIGO TADEU DE SANTANA	R\$ 5.400,68
RONALDO MARTINS	R\$ 5.697,74
RONALDO PEREIRA DA SILVA	R\$ 478,38
ROSILEA MARIA DURVALINO GOULART	R\$ 11.157,70
SABRINA CARVALHO DE OLIVEIRA	R\$ 779,78
SALVADOR SORRENTINO FILHO	R\$ 76.560,82
SANDRO FLORENCIO DUTRA	R\$ 157.165,41
SANDRO OSWALDO ALBUINI	R\$ 3.115,94
SERGIO PEREIRA DOS SANTOS	R\$ 639,00
SILVIO DA SILVA AMARAL	R\$ 3.706,94
SUELEN PEREIRA DE ASSIS	R\$ 2.619,39
TANIA MARIA DE BARROS	R\$ 3.832,97
THIAGO ALVES BAPTISTA RODRIGUES	R\$ 3.343,28
THIAGO DOS REIS TAVARES	R\$ 4.070,42
TIAGO LINS DA SILVA	R\$ 1.395,27
WALLACE RODRIGUES FERREIRA	R\$ 7.072,57
WALTER PESTANA DE SOUZA	R\$ 3.422,38
WANDERSON PEREIRA DE SOUZA LIMA	R\$ 5.085,57
WANLEIA MONICK IDAGIRDE FERNANDES SILVA	R\$ 2.675,38
WASHINGTON SANCLER DE PINHO SANTANA	R\$ 1.395,27
WELLINGTON SOUZA DA COSTA E SILVA	R\$ 19.278,85
WILLIAM PEREIRA RODRIGUES	R\$ 2.260,44
WILLIS DE MORAES SILVA	R\$ 6.169,78
YURI CARLOS PERES OLIVEIRA	R\$ 6.745,68
TOTAL CLASSE III (QUIROGRAFÁRIO)	R\$ 24.398.636,05
CREDOR	VALOR
ABELMAR DIAS CURVELLO	R\$ 399.977,71
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS TRANSPORTADORES DE TURISMO E FRETAMENTO (ANTUR)	R\$ 4.160,00
ALDEMIR DIAS CURVELLO	R\$ 3.791.977,72
ALESSANDRA DA SILVA	R\$ 2.844,19
ALEXANDRE SOUZA	R\$ 2.513,76
ALLIANZ BRASIL SEGURADORA S.A	R\$ 19.677,00

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



ANDERSON MUNHOZ DE CASTRO PEREIRA	R\$ 167.708,59
ANNA BARBARA MOREIRA DUARTE	R\$ 2.302,55
ARIEL DIAS CURVELLO	R\$ 509.000,00
BARBARA HELIODORA ANICETA DA SILVA	R\$ 1.829,55
BEATRIZ MUNHOZ DE CASTRO PEREIRA	R\$ 167.708,59
BEBEDOUROS CANOVAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	R\$ 385,00
CAIO FELIPPE CABETE DEL CARLO	R\$ 27.607,66
CARLOS HENRIQUE GOMES DOS SANTOS	R\$ 2.628,26
CAROLINE MESSINA DE LLIMA	R\$ 134.373,22
CEM DISTRIBUIDORA DE AUTO PEÇAS LTDA	R\$ 17.096,10
COMERCIAL AUTOMOTIVA CBA LTDA	R\$ 485,99
DALLAS DERIVADOS DE PETROLEO LTDA	R\$ 253,33
DANIEL ROXO DE PAULA CHIESSE	R\$ 42.455,19
DEBORAH CHESTIE SOARES MARIEN	R\$ 371,65
DIAS, PARAISO & PAIM ADVOGADOS ASSOCIADOS	R\$ 823,29
ELIZEU MARINHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	R\$ 163.200,00
FERNANDO JOSÉ B.OLIVEIRA	R\$ 390.000,00
GRI KOLETA - GERENCIAMENTO DE RESIDUOS INDUSTRIAIS S.A.	R\$ 14.259,05
JAILSON ALVES DE SOUZA	R\$ 1.858,28
JOÃO BATISTA PEREIRA JUNIOR	R\$ 1.829,55
JOEL FERNANDES RODRIGUES	R\$ 77.281,15
JOSE CARLOS DA SILVA MARINS	R\$ 13.284,00
JOUZANY NIZA FERREIRA	R\$ 1.246,35
KARINE MESSINA DE LIMA	R\$ 134.373,22
MANGOTEC COMERCIO DE MANGUEIRAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA	R\$ 2.247,00
MARCIA ANDRADE DE SOUZA LEAL	R\$ 4.373,22
MARCIO AUGUSTO SIMÕES	R\$ 79.748,26
MARCIO ROBERTO OLIVEIRA DA SILVA	R\$ 16.391,48
MARIA NICE DE OLIVEIRA	R\$ 1.829,55
MARIANA AGUIAR DOS SANTOS DE PAULA	R\$ 3.176,62
MARIANA OLIMPIO GRANJA	R\$ 50.349,34
MICHELA CRISTINA DO NASCIMENTO DA SILVA	R\$ 7.325,15
MONICA NAZARETH MESSINA DE LIMA	R\$ 155.805,56
MONIQUE BARBOSA DOS SANTOS	R\$ 1.958,17
MONIQUE BARBOSA DOS SANTOS	R\$ 500,00
NANCY RODRIGUES ALLEVATO	R\$ 66.235,05
NARCISO GONÇALVES DOS SANTOS	R\$ 200.000,00
NOVA ELITE SHOW DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 0,63
OÁSIS COMBUSTÍVEIS LTDA	R\$ 699,81
PAMELA FABRICIA DE SOUZA OLIVEIRA	R\$ 1.023,01
POSTO FLUMIDIESEL LTDA	R\$ 539,03
POSTO MONTE CASTELO DE RESENDE LTDA	R\$ 10.721,83

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



REAL ONIBUS LTDA	R\$ 4.158,70
RETIFICADORA SAO PEDRO LTDA	R\$ 4.134,00
RIOCARD TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO S/A	R\$ 3.597,44
ROBSON LUIZ NASCIMENTO SILVA	R\$ 8,25
RONALDO VALENTE SANDI	R\$ 4.000,00
ROSIMAR APARECIDA DE ALMEIDA MARQUES	R\$ 2.993,59
SABRINA APARECIDA BRUNO	R\$ 2.780,87
SUELEN APARECIDA DA SILVA SEVERIANO	R\$ 2.102,55
TRÊS IRMÃOS DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS EIRELI	R\$ 4.284,00
UNIÃO FEDERAL	R\$ 3.000,00
WILLIAN CURVELO	R\$ 15.000,00
WILSON MUNHOZ DE CASTRO PEREIRA	R\$ 167.708,59
ABRATI - ASS.BRASILEIRA DAS EMP. DE TRANSP. TERR. DE PASSAG	R\$ 13.059,93
ADRIANO MUNHOZ MARQUES	R\$ 25.182,28
AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT	R\$ 241.150,94
ALBRAN COMERCIO DE SOLDAS E FERRAGENS LTDA	R\$ 1.972,41
ALEXANDRE BENDER FRIAS	R\$ 926,35
ANDREA DIAS CURVELO	R\$ 20.000,00
ATACADO UNIÃO LTDA	R\$ 9.826,88
AUTO POSTO BRASIL DE VOLTA REDONDA LTDA	R\$ 825,60
AUTO POSTO ESQUINA 3 LTDA	R\$ 6.630,25
AUTO SERVICO PRIMEIRO DO BRASIL LTDA	R\$ 71.669,93
BANCO LUSO BRASILEIRO S/A	R\$ 2.220.265,10
BRASCAM PECAS E SERVICOS EIRELI	R\$ 16.088,47
C & G COMERCIO DE MATERIAIS DE CONST. E UTI. DE VOLTA REDONDA LTDA	R\$ 3.625,52
CAFE FAVORITO S A	R\$ 600,00
CARUANA FINANCEIRA	R\$ 680.015,55
CBA DIESEL ES ATACADO DE PECAS LTDA	R\$ 3.255,87
CDM PARAFUSOS E PORCAS LTDA	R\$ 1.794,90
CENTRO DE GESTÃO DE MEIOS DE PAGAMENTO LTDA	R\$ 33.019,70
CEREAIS BRAMIL LTDA	R\$ 3.000,00
CERTA COMÉRCIO DE BATERIAS LTDA	R\$ 12.220,00
CGMP CENTRO DE GESTAO DE MEIOS DE PAGAMENTO LTDA	R\$ 1.739,88
COMDIP COMERCIAL DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA	R\$ 55.580,84
COMPANHIA ESTADUAL DE AGUAS E ESGOTOS CEDAE	R\$ 207.799,50
CS INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA	R\$ 1.164,09
DEPARTAMENTO DE TRANSP RODOV DO EST DO RIO DE JANEIRO	R\$ 2.703.496,31
DISTRIBUIDORA NACIONAL DE AUTO PECAS LTDA	R\$ 23.725,80
ELBER INDUSTRIA DE REFRIGERACAO LTDA	R\$ 1.594,86
EUROAR TECNOLOGIA AUTOMOTIVA LTDA	R\$ 8.942,00
FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 648.860,73
FLUMIDIESEL-FLUMINENSE DIESEL LTDA	R\$ 72.916,66

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



FOS MULTIMIDIA LTDA	R\$ 958,93
FRAGOSO ADVOGADOS	R\$ 4.925,00
GENIAL VEÍCULOS LTDA	R\$ 48.797,58
GIARETTA E TREVISAN SOCIEDADE DE ADVOGADOS	R\$ 109.754,84
GIFOR INDUSTRIAL LTDA	R\$ 594,00
HERINGER MONTEIRO & CURVELO ADVOGADOS	R\$ 322.046,41
HOFFM RIO COMERCIO E REPRESENTACOES DE VEICULOS LTDA	R\$ 6.674,07
IMPERIO DIESEL AUTO-PECAS E COMERCIO	R\$ 2.061,14
IMLETEC COMERCIAL AGRICOLA LTDA	R\$ 325,00
INCOMETAL S A INDUSTRIA E COMERCIO	R\$ 1.425,53
INTERNAUTICA CALL CENTER SERVICOS DE CONTATOS TELEFONICOS LTDA	R\$ 32.209,42
IOB INFORMACOES OBJETIVAS PUBLICACOES JURIDICAS LTDA	R\$ 11.114,16
IPEOLEO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI	R\$ 245.925,00
IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A	R\$ 686.072,50
IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S/A	R\$ 1.101.519,25
IPSENSE TECNOLOGIA EM REDES DE COMUNICACAO LTDA	R\$ 715,66
ITAU UNIBANCO S.A.	R\$ 3.110.399,29
JEPECAS LTDA	R\$ 9.011,00
LIDER RIO DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 20.228,40
LOCALIZA FLEET S.A.	R\$ 32.532,65
LUCAS SANTOS COSTA	R\$ 5.521,53
LUMOBRAS LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA.	R\$ 327,77
M V METROLOGIA SERVICOS E TREINAMENTO EIRELI	R\$ 1.143,13
MAXIMO DE SOUZA & CORIOLANO ADVOGADOS	R\$ 2.164,47
MECLER CONSULTORIA & SISTEMAS LTDA	R\$ 40.000,00
MIRIAM MINAS RIO AUTOMOVEIS E MAQUINAS S A	R\$ 5.352,56
MOBITEC BRASIL LTDA	R\$ 3.654,00
NAFIL AUTOPECAS EIRELI	R\$ 82,24
PACAEMBU AUTOPECAS LTDA	R\$ 14.293,58
PLANQUIMICA INDUSTRIAL E COM.LTDA	R\$ 1.708,35
PNEUSCAR RECAUCHUTAGEM LTDA	R\$ 39.167,90
POSTO DE GASOLINA PORTELA LTDA	R\$ 21.152,49
POSTO OJM LTDA	R\$ 5.363,42
PROCURADORIA DO ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 64.886,07
PROCURADORIA DO ESTADO DE SÃO PAULO	R\$ 56.308,86
RAION CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA	R\$ 3.500,00
REGIANE ANDRADE MUNHOZ MARQUES	R\$ 25.182,28
REGISPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE BOBINAS S.A.	R\$ 11.068,26
RJ CONSULTORES & INFORMATICA LTDA	R\$ 56.112,86
RODOLUB COMÉRCIO DE LURIFICANTES LTDA	R\$ 15.991,00
ROMILSON FONSECA MOURA	R\$ 15.652,29
SERASA S/A	R\$ 371,75

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



SERVIÇO AUTÔNOMO E ÁGUA ESGOTO	R\$	502.636,24
SIMAL E FERREIRA AUTO PEÇAS LTDA	R\$	63.959,15
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS POR FRETAMENTO (SINFREJ)	R\$	24.191,16
SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANS DE PASSAGEIROS DE BARRA MANSA E VOLTA REDONDA	R\$	2.242.642,70
SODEXO PASS.DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S/A	R\$	9.237,00
SONDA MOBILITY LTDA	R\$	54.145,47
SUPERMERCADO FÊNIX LTDA	R\$	1.153.558,53
THOMSON REUTERS BRASIL CONTEUDO E TECNOLOGIA LTDA	R\$	760,82
TRANSOFT TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA	R\$	42.884,61
TRANSPORTE GENEROSO LTDA.	R\$	436,31
VM RAMOS & CIA LTDA.	R\$	134,06
TRANSRIO CAMINHOS, ONIBUS, MAQUINAS E MOTORES LTDA	R\$	8.479,41
USINA DE VENDAS SOLUCOES COMERCIAIS EM DISTRIBUICAO LTDA	R\$	1.808,64
WAGNER DA SILVA BARRETO	R\$	1.234,15
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA	R\$	5.299,85
WLM PARTICIPACOES E COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS S.A.	R\$	138.231,45
WURTH DO BRASIL PECAS DE FIXACAO LTDA	R\$	11.548,86
TOTAL CLASSE IV (ME/EPP)		R\$ 777.295,14
CREDOR		VALOR
ALEXSANDRO ALENCAR ROQUE-MEI	R\$	500,00
ALFA RACING COMPETIÇÕES	R\$	100.000,00
ALEXSSANDER XAVIER RAD. E MANT. LTDA	R\$	2.650,00
BLC COMÉRCIO AUTOMOTIVOS	R\$	2.000,00
BRAKE SUL DISTRIBUIÇÃO, COMÉRCIO E RECUPERAÇÃO DE PEÇAS LTDA	R\$	595,72
CAFÉ E BAR VILAFLOR DE SANTO CRISTO	R\$	3.816,00
CLÉBIO FEITAL MARTINEZ	R\$	1.900,00
D A COMERCIO E SERVICO DE INFORMATICA EIRELI	R\$	24,90
D D SULF DEDETIZACAO CONSERVACAO E LIMPEZA LTDA	R\$	1.175,00
DISTRIBUIDORA DE AÇOS NOVA DELI LTDA	R\$	743,00
DISTRIBUIDORA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS VALE VERDE EIRELI	R\$	61,50
ERGOMOBILE MOVEIS LTDA.	R\$	1.830,00
ELETRO DINÂMICA LTDA	R\$	3.640,00
F RIBEIRO DE OLIVEIRA AUTO ELETRICA	R\$	1.495,40
FORNESERVICE FRUTAS E LEGUMES LTDA	R\$	1.256,80
FOXPINHO GASES ESPECIAIS EIRELI ME	R\$	460,00
FRIBURGO ELETRO PRISMA LTDA-ME	R\$	5.347,00
GRÁFICA J.G.S. LTDA	R\$	4.467,00
HOLDERAUDIO INDUSTRIA ELETRONICA LTDA	R\$	180,00
J S BALTHAZAR	R\$	2.444,85
J.FERRAZ PEÇAS E SERVIÇOS LTDA	R\$	459,95
JOSE DO CARMO RICARDO 85616575704	R\$	1.907,40

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



KAIROS ELETRONICA EIRELI	R\$ 6.500,00
L M C DEDETIZAÇÃO E SERVIÇOS LTDA	R\$ 9.250,00
LIMAFER COMÉRCIO DE FERRAGENS LTDA	R\$ 149,56
M S T C ENGENHARIA LTDA	R\$ 13.827,64
MCA VIDAL EMBALAGENS LTDA	R\$ 6.353,10
NOVA STEEL 2 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	R\$ 426,46
PAULO R AZEREDO OFICINA	R\$ 156,18
PEREIRA E SOUZA COMERCIO E DISTRIBUICAO DE PECAS LTDA	R\$ 2.850,00
PS COMÉRCIO DE PASSAGENS LTDA	R\$ 260,00
R D ALMEIDA AUTO PECAS EIRELI	R\$ 1.191,67
SB MANGUEIRAS EIRELI-ME	R\$ 1.678,00
SUL FLUMINENSE DIESEL EIRELI	R\$ 21.816,82
VEIBAM COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA	R\$ 48.562,00
VIDRAÇARIA BEBETE LTDA	R\$ 24,90
A A BRASIL FERRAMENTAS PNEUMATICAS EIRELI	R\$ 800,00
A.S.G - ARTES GRÁFICAS LTDA	R\$ 9.732,16
AÇO RUBER COMERCIAL LTDA	R\$ 340,00
AIRA PARTS AUTOMOTIVA EIRELI	R\$ 691,00
ALMEIDA PIRES ASSESSORIA E EMPREENDIMENTOS EIRELI	R\$ 2.878,62
AMERICAN PNEUMATIC DO BRASIL LTDA	R\$ 288,00
ANA MARIA CALDEIRA DE SOUZA 04173113706	R\$ 6.209,84
AR BORGES SERVIÇO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	R\$ 6.635,04
ARTUR JOSE DOS SANTOS	R\$ 1.906,10
AXEN INFORMATICA LTDA. ME	R\$ 141,16
BARRALUB COMÉRCIO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES EIRELI	R\$ 14.197,50
BOM PRECO COMERCIO TINTAS E PECAS AUTOMOTIVAS EIRELI	R\$ 1.180,40
BR LEDS COMERCIO E SERVIÇO EIRELI	R\$ 1.145,00
BRAKE SUL DISTRIBUIÇÃO, COMÉRCIO E RECUPERAÇÃO DE PEÇAS LTDA	R\$ 13.574,96
C.H.O.K DE BARRA MANSA MATERIAL ELETRICO LTDA	R\$ 4.040,18
CAMPESI E NUNES COMERCIO DE BORRACHA LTDA	R\$ 1.225,00
CENTRAL BUS COMERCIO DE AUTO PECAS EIRELI	R\$ 2.074,10
CESAR & CESAR LTDA	R\$ 230,32
CHIQUEBUS COMERCIO EXPORTACAO E DISTRIBUICAO DE TECIDOS - EIRELI	R\$ 8.539,09
CIDADE DAS TINTAS LTDA	R\$ 30.661,70
CIVIC 1 INSPECAO VEICULAR EIRELI	R\$ 459,65
CLAUDIO L.SILVA DEDET. E DESRATIZAÇÃO	R\$ 3.670,04
CLEAN-MIX PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA LTDA	R\$ 1.186,63
COM PERFIL COMERCIO DE MOVEIS E SEUS ARTEFATOS LTDA	R\$ 3.945,33
COMASTEC COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA EIRELI	R\$ 13.380,00
CONP CONSULTORIA PREVIDENCIARIA LTDA	R\$ 7.508,00
COUTO E FILHOS COMERCIO, CONSTRUÇÕES E REFORMAS LTDA	R\$ 7.920,61

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



CREACTIV COMERCIO E SERVICOS DE ACESSO, PONTO E SEGURANCA EIRELI	R\$	523,53
CRISTAIS BARRASUL COMERCIO DE VIDROS LTDA	R\$	523,73
DESCART LIMP DE RAMOS MAT.LIMPEZA LTDA	R\$	8.350,00
DISTRÍQUÍMICA TRÊS RIOS DE PRODS.QUÍMICO	R\$	8.117,00
ECOMAX DO ABC FABRICAÇÃO DE DETERGENTES EIRELI	R\$	378,00
EDINAÍDO PIRES LOPES 31654223700	R\$	1.200,00
ELETRO MAPRIS LTDA	R\$	2.007,00
EMPLASPEL EMBALAGENS LTDA	R\$	257,64
FALCÕES AUTO PEÇAS LTDA	R\$	3.684,03
FEREMAT FERRAMENTAS ELETRICAS MATEUS LTDA	R\$	186,18
G A FIGUEIRA COMERCIO DE BATERIAS E PECAS AUTOMOTIVAS LTDA	R\$	1.886,50
GB AUTO PECAS EIRELI	R\$	354,75
GREI LOPES 68967446772	R\$	1.458,31
GRUPO CORRETA SEGURANÇA ELETRONICA EIRELI - ME	R\$	591,87
H C GUEDES INDUSTRIAL STORK LTDA	R\$	496,76
HIDRO ELÉTRICA VOLTA REDONDA LTDA	R\$	1.212,56
HIGITECH DE RESENDE MATERIAIS DE LIMPEZA EIRELI	R\$	5.694,25
HOUSE BOR-ARTEFATOS DE BORRACHA LTDA	R\$	160,00
ILINE INFORMÁTICA LTDA	R\$	2.414,50
JMA SIMÕES REFORMADORA LTDA	R\$	1.500,00
JULIANA PEREIRA VELOZO DA SILVA 11389017761	R\$	2.142,00
KBRE 2008 COMERCIO DE PECAS PARA VEICULOS LTDA	R\$	650,00
L B CARDANS LTDA	R\$	9.934,12
LF DIESEL BM EIRELI	R\$	4.092,75
LIFE EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA	R\$	63.193,00
LM Diesel Auto Peças Ltda	R\$	566,75
LUMINOSOS CEUTH LTDA	R\$	120,00
M F DA SILVA PINTURAS	R\$	1.750,00
MADEIRAS SAO PEDRO LTDA	R\$	1.064,10
MARIA A.F.DINELLI SERVIÇOS MECÂNICOS	R\$	4.233,60
MARILÚCIA FROTA ANTICO -ME	R\$	5.832,59
MECÂNICA IMATA LTDA	R\$	737,25
MECANICA MACAIBA LTDA	R\$	1.778,34
MGSOFT COM. E SERVIÇOS	R\$	1.728,75
NETEYE INFORMÁTICA LTDA	R\$	750,81
NOVA STEEL FERRO E AÇO EIRELI	R\$	290,30
NOVADM COMERCIO E SERVIÇO EIRELI	R\$	18.145,48
NOVOCLIMA REFRIGERAÇÃO LTDA	R\$	777,92
NOVUS PEÇAS PARA ONIBUS LTDA ME	R\$	1.218,47
OCX SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA ME	R\$	2.784,00
OLIVEIRA E MACHADO COMERCIO DE EXTINTORES LTDA	R\$	628,62
OLIVEIRA E OLIVEIRA BM TINTAS LTDA	R\$	4.636,65

MATUCH DE CARVALHO

Advogados Associados



PAULO SERGIO SILVA-COMPRESSORES	R\$ 7.380,00
PENIEL FREIOS LTDA	R\$ 1.930,00
RECAUCHUTADORA VINCOL DE V.L.LTDA ME	R\$ 27.166,79
REFRICOPA COMÉRCIO LTDA	R\$ 691,15
RELOJOARIA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS LTDA	R\$ 7.442,74
REQUINTE COMÉRCIO DE FRIOS LTDA	R\$ 242,73
REST AMBIENTAL EIRELI	R\$ 384,27
RETIPECAS MANUTENCAO DE VEICULOS, DISTRIBUICAO E COMERCIO DE PECAS LTDA	R\$ 450,00
RIO QUALITY COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	R\$ 5.279,58
RIO-MARCI PECAS PARA ONIBUS LTDA	R\$ 144,00
RJ DE OLIVEIRA NETO	R\$ 2.631,00
ROGER D'ALMEIDA AUTO PEÇAS LTDA	R\$ 18.096,82
ROSANE F.F.DA ROCHA CONF.ROUPAS PROF.ME	R\$ 42.621,55
RS COMÉRCIO DE PEÇAS E RESTAURAÇÕES EIRELI	R\$ 13.805,14
SAMPAIO GOMES COM.DE MADEIRAS EIRELI	R\$ 149,00
SANITIZATUDO SERVICOS E CONTROLE DE PRAGAS LTDA	R\$ 6.600,00
SHOPPING DOS MOVEIS BM LTDA	R\$ 11.234,07
SIND SISTEMAS TÉCNICOS LTDA	R\$ 12.325,87
SOARES REFRIGERAÇÃO LTDA	R\$ 105,04
SOLUTEC SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA	R\$ 3.430,00
SUL FLUMINENSE COMERCIO DE PECAS E IMPORTACAO EIRELI	R\$ 29.326,82
T O SILVA INSTALAÇÕES AUTOMOTIVAS	R\$ 1.078,29
TACOGRAFE COMERCIO E SERVICOS EM CRONOTACOGRAFOS EIRELI	R\$ 671,50
TECELAGEM NOVA GUARANESIA LTDA-ME	R\$ 500,00
TECHLUMI COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA	R\$ 1.864,50
TECNOBUS SERVICOS DE TECNOLOGIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRELI	R\$ 906,41
TINTAS TRES DE OUTUBRO EIRELI	R\$ 3.539,51
TK MANUTENÇÕES E ACESSIBILIDADES LTDA -ME	R\$ 400,00
TRANSBIL CAPOTARIA E MANUTENCAO LTDA M E	R\$ 644,00
TRATOPEÇAS DE VOLTA REDONDA LTDA	R\$ 1.582,00
USITEC USINAGEM TECNICA E SERVICOS LTDA	R\$ 4.536,62
VATEL ELÉTRICA LTDA	R\$ 909,35
VIDROS RIO 2004 LTDA	R\$ 6.663,00